



Companhia Paranaense de Energia - Copel

CNPJ/MF 76.483.817/0001-20

Inscrição Estadual 10146326-50

Companhia de Capital Aberto - CVM 1431-1

www.copel.com copel@copel.com

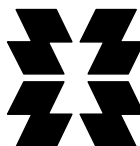
Rua Coronel Dulcídio, 800, Batel - Curitiba - PR

CEP 80420-170

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

ITR

Março / 2007



SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	3
Balanço Patrimonial - Ativo.....	3
Balanço Patrimonial – Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	6
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	7
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	9
Demonstração do Valor Adicionado	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	13
1 Contexto Operacional	13
2 Apresentação das Informações Trimestrais	16
3 Informações Trimestrais Consolidadas	18
4 Disponibilidades.....	18
5 Consumidores e Revendedores	19
6 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	20
7 Serviços Executados para Terceiros, Líquidos.....	20
8 Dividendos a Receber.....	21
9 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná.....	21
10 Impostos e Contribuições Sociais	22
11 Conta de Compensação da “Parcela A”	26
12 Cauções e Depósitos Vinculados.....	28
13 Outros Créditos.....	29
14 Depósitos Judiciais	29
15 Créditos com Pessoas Ligadas.....	30
16 Investimentos.....	31
17 Imobilizado.....	34
18 Intangível	37
19 Empréstimos e Financiamentos	38
20 Debêntures	43
21 Fornecedores.....	49
22 Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas	52
23 Benefício Pós-emprego.....	52
24 Encargos do Consumidor a Recolher.....	54
25 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	54
26 Outras Contas a Pagar	56
27 Provisões para Contingências.....	56
28 Capital Social.....	58
29 Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	59
30 Deduções da Receita Bruta	60
31 Custos e Despesas Operacionais	60
32 Energia Elétrica Comprada para Revenda	62
33 Encargos de Uso da Rede Elétrica	62
34 Pessoal e Administradores.....	63
35 Planos Previdenciário e Assistencial.....	63
36 Material	63
37 Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia Elétrica.....	64
38 Gás natural e Insumos para Operação de Gás	64
39 Serviços de Terceiros	64
40 Recuperação de Custos e Despesas	65
41 Outros Custos e Despesas Operacionais.....	65
42 Resultado Financeiro	66
43 Resultado da Equivalência Patrimonial	66
44 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.....	67
45 Reconciliação da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	70
46 Instrumentos Financeiros.....	70
47 Transações com Partes Relacionadas	72
48 Empresas Controladas.....	74
49 Demonstração do Resultado Segregado por Empresa.....	77
COMENTÁRIO DO DESEMPENHO NO TRIMESTRE	78
DIRETORIA E CONSELHOS	83
RELATÓRIO DOS AUDITORES SOBRE REVISÃO ESPECIAL	84



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

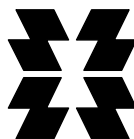
Balço Patrimonial - Ativo

Em 31 de março de 2007 e 31 de dezembro de 2006

(Valores expressos em milhares de reais)

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	NE nº	Companhia		Consolidado	
			31/03/2007	31/12/2006	31/03/2007	31/12/2006
1	Ativo Total		8.632.280	8.897.302	11.501.218	11.934.623
1.01	Ativo Circulante		812.863	1.417.284	2.640.982	3.013.633
1.01.01	Disponibilidades	4	158.816	584.702	1.099.524	1.504.004
1.01.02	Créditos		654.047	832.582	1.490.332	1.458.185
1.01.02.01	Clientes		-	-	986.979	966.940
1.01.02.01.01	Consumidores e Revendedores	5	-	-	1.054.328	1.065.267
1.01.02.01.02	Provisão para Créditos Liquidação Duvidosa	6	-	-	(81.948)	(111.726)
1.01.02.01.03	Serviços Executados para Terceiros, Líquidos	7	-	-	14.599	13.399
1.01.02.02	Créditos Diversos		654.047	832.582	503.353	491.245
1.01.02.02.01	Dividendos a Receber	8	563.680	760.282	1.997	2.019
1.01.02.02.02	Serviços em Curso		-	-	25.563	20.038
1.01.02.02.03	Repasso CRC ao Governo Estado do Paraná	9	-	-	35.857	35.205
1.01.02.02.04	Impostos e Contribuições Sociais	10	90.359	72.298	251.186	235.084
1.01.02.02.05	Conta de Compensação da "Parcela A"	11	-	-	69.432	90.048
1.01.02.02.06	Ativo Regulatório - PIS/Pasep e Cofins		-	-	1.704	3.408
1.01.02.02.07	Cauções e Depósitos Vinculados	12	-	-	69.634	68.565
1.01.02.02.08	Outros Créditos	13	8	2	47.980	36.878
1.01.03	Estoques		-	-	51.126	51.444
1.02	Ativo Não Circulante		7.819.417	7.480.018	8.860.236	8.920.990
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo		870.541	848.395	1.805.537	1.839.349
1.02.01.01	Créditos Diversos		107.122	109.036	1.805.537	1.839.349
1.02.01.01.01	Consumidores e Revendedores	5	-	-	104.068	108.157
1.02.01.01.02	Repasso CRC ao Governo Estado do Paraná	9	-	-	1.159.858	1.158.898
1.02.01.01.03	Impostos e Contribuições Sociais	10	59.188	61.101	360.917	382.528
1.02.01.01.04	Conta de Compensação da "Parcela A"	11	-	-	10.182	12.273
1.02.01.01.05	Cauções e Depósitos Vinculados	12	-	-	23.621	24.630
1.02.01.01.06	Depósitos Judiciais	14	47.934	47.935	135.151	140.954
1.02.01.01.07	Outros Créditos	13	-	-	11.740	11.909
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	15	763.419	739.359	-	-
1.02.01.02.01	Com Controladas		763.419	739.359	-	-
1.02.02	Ativo Permanente		6.948.876	6.631.623	7.054.699	7.081.641
1.02.02.01	Investimentos	16	6.948.876	6.631.623	308.056	305.968
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas/Equiparadas		-	-	214.426	210.363
1.02.02.01.02	Participações em Coligadas/Equiparadas - Ágio		-	-	5.397	6.599
1.02.02.01.03	Participações em Controladas		6.944.214	6.626.961	-	-
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio		-	-	75.240	76.015
1.02.02.01.05	Outros Investimentos		4.662	4.662	12.993	12.991
1.02.02.02	Imobilizado	17	-	-	6.686.920	6.711.686
1.02.02.03	Intangível	18	-	-	41.532	40.783
1.02.02.04	Diferido		-	-	18.191	23.204

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.



Balço Patrimonial – Passivo

Em 31 de março de 2007 e 31 de dezembro de 2006

(Valores expressos em milhares de reais)

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	NE nº	Companhia		Consolidado	
			31/03/2007	31/12/2006	31/03/2007	31/12/2006
2	Passivo Total		8.632.280	8.897.302	11.501.218	11.934.623
2.01	Passivo Circulante		481.014	1.168.661	1.777.451	2.581.370
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	19	14.869	9.243	85.497	90.152
2.01.02	Debêntures	20	145.564	822.404	151.970	838.355
2.01.03	Fornecedores	21	558	566	363.066	392.219
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	10	51.270	67.719	273.962	311.085
2.01.05	Dividendos a Pagar		268.596	268.596	277.421	277.421
2.01.06	Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas	22	122	92	130.583	134.218
2.01.08	Outros		35	41	494.952	537.920
2.01.08.01	Benefícios Pós-Emprego	23	10	15	78.310	133.635
2.01.08.02	Conta de Compensação da "Parcela A"	11	-	-	144.988	110.498
2.01.08.03	Encargos do Consumidor a Recolher	24	-	-	34.309	51.705
2.01.08.04	Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	25	-	-	165.195	174.316
2.01.08.05	Outras Contas a Pagar	26	25	26	72.150	67.766
2.02	Passivo Não Circulante		1.492.034	1.352.371	2.788.829	2.705.961
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo		1.492.034	1.352.371	2.788.829	2.705.961
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	19	348.985	92.787	774.736	539.190
2.02.01.02	Debêntures	20	733.360	866.680	998.763	1.129.230
2.02.01.03	Provisões para Contingências	27	31.842	24.282	216.931	222.473
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas		377.847	368.622	1	1
2.02.01.06	Outros		-	-	798.398	815.067
2.02.01.06.01	Fornecedores	21	-	-	176.518	234.212
2.02.01.06.02	Impostos e Contribuições Sociais	10	-	-	21.229	24.083
2.02.01.06.03	Benefícios Pós-Emprego	23	-	-	553.102	495.759
2.02.01.06.04	Conta de Compensação da "Parcela A"	11	-	-	38.589	52.053
2.02.01.06.05	Outras Contas a Pagar	26	-	-	8.960	8.960
2.03	Part. de Acionistas Não Controladores		-	-	275.706	271.022
2.04	Patrimônio Líquido		6.659.232	6.376.270	6.659.232	6.376.270
2.04.01	Capital Social Realizado	28	3.875.000	3.875.000	3.875.000	3.875.000
2.04.02	Reservas de Capital		817.293	817.293	817.293	817.293
2.04.04	Reservas de Lucro		1.683.977	1.683.977	1.683.977	1.683.977
2.04.04.01	Legal		268.323	268.323	268.323	268.323
2.04.04.05	Retenção de Lucros		1.415.654	1.415.654	1.415.654	1.415.654
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados		282.962	-	282.962	-

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração do Resultado

Para os trimestres findos em 31 de março de 2007 e de 2006

(Valores expressos em milhares de reais)

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	NE nº	Companhia		Consolidado	
			31/03/2007	31/03/2006	31/03/2007	31/03/2006
3	Demonstração do Resultado					
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	29	-	-	1.867.826	1.815.625
3.01.01	Fornecimento de Energia Elétrica		-	-	1.397.291	1.387.612
3.01.02	Suprimento de Energia Elétrica		-	-	299.893	281.722
3.01.03	Disponibilidade da Rede Elétrica		-	-	81.755	69.224
3.01.04	Receita de Telecomunicações		-	-	15.106	13.873
3.01.05	Distribuição de Gás Canalizado		-	-	57.589	49.952
3.01.06	Outras Receitas Operacionais		-	-	16.192	13.242
3.02	Deduções da Receita Bruta	30	-	-	(621.421)	(644.671)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços		-	-	1.246.405	1.170.954
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	31	-	-	(700.331)	(774.863)
3.04.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda		-	-	(279.879)	(359.555)
3.04.02	Encargos de Uso da Rede Elétrica		-	-	(130.676)	(158.060)
3.04.03	Pessoal		-	-	(96.391)	(93.528)
3.04.04	Planos Previdenciário e Assistencial		-	-	(14.747)	(9.031)
3.04.05	Material		-	-	(11.154)	(13.880)
3.04.06	Matéria-prima e Insumos para Prod. Energia Elétrica		-	-	(3.258)	(6.146)
3.04.07	Gás Natural e Insumos para Operação de Gás		-	-	(27.508)	(23.681)
3.04.08	Serviços de Terceiros		-	-	(32.107)	(30.957)
3.04.09	Depreciação e Amortização		-	-	(98.891)	(80.577)
3.04.12	Recuperação de Despesas		-	-	8.077	10.274
3.04.13	Outros Custos		-	-	(13.797)	(9.722)
3.05	Resultado Bruto		-	-	546.074	396.091
3.06	Despesas/Receitas Operacionais		268.384	160.108	(107.496)	(122.900)
3.06.01	Com Vendas	31	-	-	25.805	(6.533)
3.06.02	Gerais e Administrativas	31	(2.699)	(6.063)	(71.169)	(78.620)
3.06.03	Financeiras	42	(32.459)	(25.251)	(31.985)	(22.250)
3.06.03.01	Receitas Financeiras		19.022	1.407	86.736	115.308
3.06.03.02	Despesas Financeiras		(51.481)	(26.658)	(118.721)	(137.558)
3.06.05	Outras Despesas Operacionais		(7.560)	-	(34.317)	(17.427)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	43	311.102	191.422	4.170	1.930
3.06.06.01	Equivalência Patrimonial		311.093	191.418	4.161	1.927
3.06.06.02	Participação em Outras Sociedades		9	4	9	3
3.07	Resultado Operacional		268.384	160.108	438.578	273.191
3.08	Resultado Não Operacional		87	16	(2.530)	(3.652)
3.08.01	Receitas		87	16	124	1.717
3.08.02	Despesas		-	-	(2.654)	(5.369)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações		268.471	160.124	436.048	269.539
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	45	-	-	(162.330)	(105.339)
3.10.01	Imposto de Renda		-	-	(119.306)	(77.352)
3.10.02	Contribuição Social		-	-	(43.024)	(27.987)
3.11	IR Diferido	45	14.491	10.530	11.287	10.354
3.11.01	Imposto de Renda		10.655	7.743	8.299	7.613
3.11.02	Contribuição Social		3.836	2.787	2.988	2.741
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores		-	-	(2.043)	(3.900)
3.15	Lucro/Prejuízo do Período		282.962	170.654	282.962	170.654
	Lucro Líquido por Lote de Mil Ações		1,0340	0,6236	1,0340	0,6236

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006 e para o trimestre findo em 31 de março de 2007

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2005	3.480.000	817.293	209.821	980.069	-	5.487.183
Lucro líquido do período	-	-	-	-	170.654	170.654
Saldo em 31 de março de 2006	3.480.000	817.293	209.821	980.069	170.654	5.657.837
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	(72.642)	(72.642)
Aumento de capital social	395.000	-	-	(395.000)	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	1.072.026	1.072.026
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	-	-	58.502	-	(58.502)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(123.000)	(123.000)
Dividendos	-	-	-	-	(157.951)	(157.951)
Reserva para investimentos	-	-	-	830.585	(830.585)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2006	3.875.000	817.293	268.323	1.415.654	-	6.376.270
Lucro líquido do período	-	-	-	-	282.962	282.962
Saldo em 31 de março de 2007	3.875.000	817.293	268.323	1.415.654	282.962	6.659.232

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

Para os trimestres findos em 31 de março de 2007 e de 2006

(Valores expressos em milhares de reais)

ORIGENS	Companhia		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Das operações				
Lucro líquido do período	282.962	170.654	282.962	170.654
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:				
Depreciação e amortização	-	-	104.460	85.437
Variações monetárias de longo prazo - líquidas	2.009	2.891	8.739	(6.388)
Equivalência patrimonial	(311.093)	(191.418)	(6.138)	(3.224)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.913	(10.728)	18.334	5.830
Repactuação de contratos - Cien	-	-	(62.862)	-
Provisões no passivo não circulante	7.560	-	28.726	25.487
Baixas de imobilizado - líquidas	-	-	3.531	5.802
Baixas de intangível, diferido e outros ativos não circulantes - líquidas	-	-	9.195	-
Amortização de ágio em investimentos	-	-	1.977	1.297
Participação de acionistas não controladores	-	-	2.043	3.900
	(299.611)	(199.255)	108.005	118.141
Dividendos recebidos de coligadas e controladas	-	-	2.075	-
Total das (aplicações nas) operações	(16.649)	(28.601)	393.042	288.795
De terceiros				
Empréstimos e financiamentos	260.000	-	260.000	-
Coligadas e controladas	-	64.000	-	-
Benefícios pós-emprego (reclassificação do circulante)	-	-	49.372	-
Participação financeira do consumidor	-	-	5.670	8.431
Outros passivos não circulantes	-	-	2.641	-
Realizáveis a longo prazo transferidos para o circulante:				
Consumidores e revendedores	-	-	4.494	6.823
Repasso CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	-	9.221	8.286
Impostos e contribuições sociais	-	-	842	394
Conta de compensação da "parcela A"	-	-	7.092	-
Coligadas e controladas	-	93	-	93
Outros créditos	-	-	168	425
	260.000	64.093	339.500	24.452
Da redução do capital circulante líquido	-	689.033	-	638.926
TOTAL DAS ORIGENS	243.351	724.525	732.542	952.173

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

Para os trimestres findos em 31 de março de 2007 e de 2006

(Valores expressos em milhares de reais)

APLICAÇÕES	Companhia		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
No imobilizado	-	-	82.215	149.046
No intangível	-	-	1.581	331
No realizável a longo prazo				
Consumidores e revendedores	-	-	416	102
Impostos e contribuições sociais	-	-	420	1.763
Depósitos judiciais	-	-	16.143	4.520
Conta de compensação da "parcela A"	-	-	4.714	4.079
Ativo regulatório Pis/Pasep e Cofins	-	-	-	5.565
Coligadas e controladas	20.645	-	-	-
Outros créditos	-	-	-	936
	20.645	-	21.693	16.965
Nos investimentos	6.160	24.000	2	128
No diferido	-	-	283	18
Passivos não circulantes transferidos para o circulante:				
Empréstimos e financiamentos	-	-	23.758	26.793
Debêntures	133.320	700.525	135.203	700.525
Fornecedores	-	-	-	24.358
Benefícios pós-emprego	-	-	-	26.144
Conta de compensação da "parcela A"	-	-	27.829	6.702
Contingências judiciais	-	-	8.710	1.163
	133.320	700.525	195.500	785.685
No aumento do capital circulante líquido	83.226	-	431.268	-
TOTAL DAS APLICAÇÕES	243.351	724.525	732.542	952.173
Demonstração da variação do capital circulante líquido				
Ativo circulante inicial	1.417.284	292.883	3.013.633	2.470.243
Passivo circulante inicial	1.168.661	273.870	2.581.370	2.258.341
Capital circulante líquido inicial	248.623	19.013	432.263	211.902
Ativo circulante final	812.863	190.401	2.640.982	2.459.365
Passivo circulante final	481.014	860.421	1.777.451	2.886.389
Capital circulante líquido final	331.849	(670.020)	863.531	(427.024)
Aumento (redução) do capital circulante líquido	83.226	(689.033)	431.268	(638.926)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração do Fluxo de Caixa

Para os trimestres findos em 31 de março de 2007 e de 2006

(Valores expressos em milhares de reais)

	Companhia		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do período	282.962	170.654	282.962	170.654
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:				
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(29.715)	3.196
Depreciação e amortização	-	-	104.460	85.437
Variações monetárias de longo prazo - líquidas	2.009	2.891	8.739	(6.388)
Equivalência patrimonial	(311.093)	(191.418)	(6.138)	(3.224)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.913	(10.728)	18.334	5.830
Repactuação de contratos - Cien	-	-	(62.862)	-
Provisões no exigível a longo prazo	7.560	-	28.726	25.487
Baixas de imobilizado - líquidas	-	-	3.531	5.802
Baixas de intangível, diferido e outros ativos não circulantes - líquidas	-	-	9.195	-
Amortização de ágio em investimentos	-	-	1.977	1.297
Participações de acionistas não controladores	-	-	2.043	3.900
	(299.611)	(199.255)	78.290	121.337
Variações no ativo circulante				
Consumidores e revendedores	-	-	15.433	(36.487)
Serviços executados para terceiros, líquidos	-	-	(1.263)	(1.431)
Serviços em curso	-	-	(5.525)	507
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	-	8.569	7.752
Impostos e contribuições sociais	(18.061)	12.447	(15.260)	27.750
Conta de compensação da "parcela A"	-	-	27.708	47.785
Ativo regulatório - Pis/Pasep e Cofins	-	-	1.704	18.795
Cauções e depósitos vinculados	-	-	(1.069)	(8.036)
Estoques	-	-	318	(7.754)
Outros créditos	(6)	92	(10.934)	(15.088)
	(18.067)	12.539	19.681	33.793
Variações no passivo circulante				
Fornecedores	(8)	323	(29.153)	79.165
Impostos e contribuições sociais	(16.449)	(3.851)	(37.123)	(103.748)
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	30	(2)	(3.635)	1.156
Benefícios pós-emprego	(5)	(1)	(55.325)	(32.631)
Conta de compensação da "parcela A"	-	-	6.661	(8.346)
Encargos do consumidor a recolher	-	-	(17.396)	28.057
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	-	-	(9.121)	16.781
Outras contas a pagar	(1)	(36.460)	(4.326)	(10.726)
	(16.433)	(39.991)	(149.418)	(30.292)
Aplicações no realizável a longo prazo				
Consumidores e revendedores	-	-	(416)	(102)
Impostos e contribuições sociais	-	-	(420)	(1.763)
Depósitos judiciais	-	-	(16.143)	(4.520)
Conta de compensação da "parcela A"	-	-	(4.714)	(4.079)
Ativo regulatório - Pis/Pasep e Cofins	-	-	-	(5.565)
Coligadas e controladas	(20.645)	-	-	-
Outros créditos	-	-	-	(936)
(continua)	(20.645)	-	(21.693)	(16.965)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Nota: Demonstração em conformidade com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, aprovado pela Resolução Aneel nº 444/2001 publicada no D.O.U. em 29.10.2001.



Demonstração do Fluxo de Caixa

Para os trimestres findos em 31 de março de 2007 e de 2006

(Valores expressos em milhares de reais)

(continuação)

	Companhia		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Aumento do passivo não circulante				
Coligadas e controladas	-	64.000	-	-
Benefícios pós-emprego (reclassificação do circulante)	-	-	49.372	-
Outros passivos não circulantes	-	-	2.641	-
	-	64.000	52.013	-
Total das Atividades Operacionais	(71.794)	7.947	261.835	278.527
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aplicações em participações societárias:				
Copel Transmissão S.A.	-	(17.000)	-	-
Copel Telecomunicações S.A.	(6.160)	-	-	-
Copel Participações S.A.	-	(7.000)	-	-
Estudos e projetos	-	-	(2)	(128)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	196.602	75.471	2.097	1.092
Aplicações no imobilizado:				
Em geração	-	-	(3.388)	(690)
Em geração (Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.)	-	-	(6)	(27.964)
Em transmissão	-	-	(16.564)	(39.154)
Em distribuição	-	-	(53.837)	(72.011)
Em telecomunicações	-	-	(6.741)	(5.804)
Em canalização de gás (Companhia Paranaense de Gás - Compagas)	-	-	(1.679)	(3.423)
Participação financeira do consumidor	-	-	5.670	8.431
Aplicações no intangível	-	-	(1.581)	(331)
Aplicações no diferido	-	-	(283)	(18)
Total das Atividades de Investimento	190.442	51.471	(76.314)	(140.000)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos e financiamentos	265.626	989	231.587	(35.122)
Debêntures	(810.160)	(74.966)	(821.588)	(93.185)
Dividendos propostos	-	(6)	-	962
Total das Atividades de Financiamento	(544.534)	(73.983)	(590.001)	(127.345)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA	(425.886)	(14.565)	(404.480)	11.182
Saldo inicial de caixa	584.702	15.583	1.504.004	1.131.766
Saldo final de caixa	158.816	1.018	1.099.524	1.142.948
Variação no caixa	(425.886)	(14.565)	(404.480)	11.182

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Nota: Demonstração em conformidade com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, aprovado pela Resolução Aneel nº 444/2001 publicada no D.O.U. em 29.10.2001.



Demonstração do Valor Adicionado

Para os trimestres findos em 31 de março de 2007 e de 2006

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado	
	2007	2006
Receitas		
Venda de energia, serviços e outras receitas	1.867.826	1.815.625
Provisão (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	29.715	(3.196)
Resultado não operacional	(2.530)	(3.652)
Total	1.895.011	1.808.777
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	279.879	359.555
Encargos de uso da rede elétrica	130.676	158.060
Material, insumos e serviços de terceiros	69.779	73.304
Gás natural e insumos para oper. gás	27.508	23.681
Encargos de capacidade emergencial e Proinfa	68	909
Outros insumos	41.664	22.009
Total	549.574	637.518
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	1.345.437	1.171.259
(-) Depreciação e amortização	104.460	85.437
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	1.240.977	1.085.822
(+) Valor adicionado transferido		
Receitas financeiras e despesa financeira negativa	86.736	120.170
Resultado de participações societárias	4.170	1.930
Total	90.906	122.100
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.331.883	1.207.922

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Nota: Demonstração em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 3.7 aprovada pela Resol. CFC nº 1.010 publicada no D.O.U. em 25.01.2005.



Demonstração do Valor Adicionado

Para os trimestres findos em 31 de março de 2007 e de 2006

(Valores expressos em milhares de reais)

(continuação)

	2007		Consolidado	
		%	2006	%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO :				
Pessoal				
Remunerações e honorários	96.293		94.515	
Planos previdenciário e assistencial	22.713		16.614	
Auxílio alimentação e educação	11.133		10.511	
Encargos sociais - FGTS	7.961		8.424	
Indenizações trabalhistas	337		1.583	
Transferências para imobilizado em curso	(11.561)		(10.044)	
Total	126.876	9,5	121.603	10,1
Governo				
ICMS	362.812		356.766	
Imposto de renda e contribuição social	151.043		94.985	
Cofins	104.804		105.305	
Encargos sociais - INSS	25.892		25.524	
Pasep	22.762		23.557	
CPMF e IOF	18.439		9.060	
ISSQN	399		383	
Outros tributos	130.576		157.751	
Total	816.727	61,3	773.331	64,0
Financiadores				
Juros e multas	100.282		133.360	
Arrendamentos e aluguéis	2.993		5.074	
Total	103.275	7,8	138.434	11,4
Acionistas				
Lucros retidos na empresa	282.962		170.654	
Partic.de acionistas não controladores	2.043		3.900	
Total	285.005	21,4	174.554	14,5
	1.331.883		1.207.922	
Valor adicionado (médio) por empregado	163		154	
Taxa de contribuição do patrimônio líquido - %	20,0		21,3	
Taxa de geração de riqueza - %	11,6		11,0	
Taxa de retenção de riqueza - %	21,4		14,5	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Nota: Demonstração em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 3.7 aprovada pela Resol. CFC nº 1.010 publicada no D.O.U. em 25.01.2005.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de março de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto Operacional

A Companhia Paranaense de Energia - Copel (Copel, Companhia ou Controladora) é uma sociedade por ações de capital aberto, as quais são negociadas nas bolsas de valores do Brasil, dos Estados Unidos da América e da Espanha. É uma sociedade de economia mista, controlada pelo Governo do Estado do Paraná, destinada, através de suas subsidiárias, a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, transformação, transporte, distribuição e comercialização de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica, sendo essa atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Copel participa de consórcios ou companhias, em conjunto com empresas privadas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, de telecomunicações e de gás natural.

As subsidiárias da Copel são:

Copel Geração S.A. - Explora o serviço de geração de energia. Seu parque gerador é composto por 18 usinas em operação, sendo 17 hidrelétricas e uma termelétrica, totalizando 4.549,6 MW⁽¹⁾ de capacidade instalada efetiva e 1.960,6 MW (médio)⁽¹⁾ de energia assegurada. Também possui em sua estrutura 11 subestações, das quais 10 são automatizadas e teleoperadas, com potência instalada de transformador elevador de 5.004,1 MVA⁽¹⁾. Detém, perante a Aneel, as seguintes concessões relacionadas no quadro a seguir:



Usinas	Rio	Capacidade instalada (MW) ⁽¹⁾	Energia assegurada (MW médio) ⁽¹⁾	Data da concessão	Data de Vencimento
Hidrelétricas					
Gov. Bento Munhoz da Rocha Neto (Foz do Areia)	Iguaçu	1.676,00	576,00	24.05.1973	23.05.2023
Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	Iguaçu	1.260,00	603,00	14.11.1979	15.11.2009
Gov. José Richa (Caxias)	Iguaçu	1.240,00	605,00	02.05.1980	04.05.2010
Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza	Capivari-Cachoeira	260,00	109,00	23.04.1965	07.07.2015
Guaricana	Arraial	36,00	13,60	13.08.1976	16.08.2026
Chaminé	São João	18,00	11,60	13.08.1976	16.08.2026
Apucarantina	Apucarantina	10,00	6,71	13.10.1975	12.10.2025
Mourão	Mourão	8,20	5,30	20.01.1964	07.07.2015
Derivação do Rio Jordão	Jordão	6,50	5,85	14.11.1979	15.11.2009
Marumbi ^(a)	Ipiranga	4,80	3,94	-	-
São Jorge	Pitangui/Tibagi	2,30	1,62	04.12.1974	03.12.2024
Chopim I	Chopim	1,98	1,27	20.03.1964	07.07.2015
Rio dos Patos	Rio dos Patos/Ivaí	1,72	1,13	14.02.1984	14.02.2014
Cavernoso	Cavernoso/Iguaçu	1,30	0,86	07.01.1981	07.01.2011
Salto do Vau ^(b)	Palmital	0,94	0,60	27.01.1954	-
Pitangui ^(b)	Pitangui	0,87	0,57	05.12.1954	-
Melissa ^(b)	Melissa	1,00	0,57	08.10.1993	-
Termelétrica					
Figueira		20,00	14,00	21.03.1969	26.03.2019

^(a) Em homologação na Aneel.

^(b) Usinas com capacidade inferior a 1 MW é efetuado apenas registro na Aneel.

A prorrogação da concessão das usinas de Governador Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo), Governador José Richa (Caxias) e Derivação do Rio Jordão, já foram solicitadas à Aneel.

Copel Transmissão S.A. - Tem como principal atribuição prover os serviços de transporte e transformação de energia elétrica produzida pela Companhia. É responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como das linhas destinadas à transmissão de energia. A Copel Transmissão também opera parte do Sistema Interligado Nacional - SIN, localizado na região sul do País, para o Operador Nacional do Sistema - ONS. Conta com 131 subestações com tensões iguais ou superiores a 69 kV e 7.219,1 km⁽¹⁾ de linhas de transmissão.

Copel Distribuição S.A. - Explora a distribuição e a comercialização de energia em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica, proveniente de combustíveis e de matérias-primas energéticas. Distribui energia elétrica a 1.111 localidades, pertencentes aos 392 dos 399 municípios no Estado do Paraná, e também ao município de Porto União, no Estado de Santa Catarina.

Copel Telecomunicações S.A. - Tem como principais atividades a prestação de serviços de telecomunicações e de comunicações em geral, e a elaboração de estudos, projetos e planejamentos na área de telecomunicações, bem como em atividades correlatas sob todas as formas legalmente permitidas, sendo sua exploração por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em níveis nacional e internacional, e tendo como área de prestação de serviço o Estado do Paraná e a Região II do Plano Geral de Outorgas conforme ato nº 31.337, da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, vinculada ao Ministério das Comunicações.



Copel Participações S.A. - Por meio dessa subsidiária integral, é possível à Copel participar acionariamente de outras sociedades ou consórcios em diversas áreas de atuação. A Copel tem participação em cinco empresas de geração, na modalidade de produtor independente de energia elétrica, organizadas na forma de Sociedade de Propósito Específico - SPE, com potência instalada total de 887,4 MW⁽¹⁾, estando todas em operação atualmente. Participa também nos setores de saneamento, gás, telecomunicações e serviços. Em 04.08.2006, entrou em operação comercial o segundo grupo gerador da UHE Fundão (Complexo Energético Fundão - Santa Clara) completando 120,1 MW⁽¹⁾ de potência instalada. A UHE Santa Clara, outra usina do complexo, também de 120,2 MW⁽¹⁾, está operando integralmente desde setembro de 2005.

As companhias controladas pela Copel Participações são:

Companhia Paranaense de Gás – Compagas - A Companhia Paranaense de Gás - Compagas é uma sociedade de economia mista que tem como atividade principal a exploração do serviço público de fornecimento de gás natural canalizado, através de sua rede de distribuição de 459 km, implantada nos municípios paranaenses de Araucária, Curitiba, Campo Largo, Balsa Nova, Palmeira, Ponta Grossa e São José dos Pinhais. Ao final de 2006, a Compagas atendia a 1.904⁽¹⁾ unidades consumidoras, sendo 94 industriais, 24 postos de Gás Natural Veicular - GNV, 116 estabelecimentos comerciais, 1.666 residências, 2 empresas com co-geração, 1 empresa que utiliza o gás natural como matéria-prima e a Usina Termelétrica a Gás Natural de Araucária.

Elejor – Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A. - É uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), em que a Copel Participações detém 70% do capital social votante. Foi constituída para implantar e explorar o Complexo Energético Fundão Santa Clara no Rio Jordão, na sub bacia do Rio Iguaçu, no Estado do Paraná, a qual inclui a Usina Santa Clara e a Usina Fundão. Tais usinas têm capacidade instalada de 240,3 MW⁽¹⁾ (além de PCH incorporada à estrutura da barragem de Santa Clara, com capacidade instalada de 3,6 MW⁽¹⁾, e de Fundão, com capacidade instalada de 2,4 MW⁽¹⁾). A concessão foi outorgada em 23.10.2001, por 35 anos, prorrogável a pedido da interessada e a critério da Aneel.

Copel Empreendimentos Ltda. - É uma sociedade limitada que tem por objeto principal a prestação de serviços de planejamento, coordenação e organização de empresas que visem à produção de energia elétrica, transporte e comercialização de atividades de gerenciamento, implantação, operação e manutenção de usinas produtoras de energia elétrica, e participar de outras sociedades como acionista ou sócia quotista. Em 31.05.2006, a Copel Participações, adquiriu a El Paso Empreendimentos e Participações Ltda., holding da UEG Araucária Ltda., da qual possui 60% do capital social, alterando sua denominação social para Copel Empreendimentos Ltda.



UEG Araucária Ltda - Sociedade limitada que tem por objeto social a utilização do gás natural para transformação deste insumo em energia elétrica e a conseqüente comercialização. A termelétrica tem capacidade instalada de 484,5 MW⁽¹⁾. A autorização para se estabelecer como produtor independente de energia elétrica foi emitida pela Aneel em 22.12.1999, por 30 anos, prazo prorrogável a pedido da interessada e a critério da Aneel.

Em 28.12.2006, a UEG Araucária firmou contrato com a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, alugando a esta a planta da UTE Araucária, mediante remuneração mensal, pelo período de um ano, a findar-se em 31.12.2007, com possibilidade de prorrogação pelo período adicional de outro ano.

As cláusulas desse contrato prevêm que sua eficácia dar-se-á quando as autoridades governamentais fornecerem a autorização para que a UTE Araucária possa operar sob a forma de usina de reserva de geração, para a Petrobras, além de todas as demais aprovações governamentais para a transferência dos direitos e obrigações atinentes ao processo de geração de energia na usina.

Somente após a complementação dessas medidas haverá a cobrança da locação.

O prazo para a realização das condições de eficácia, descritas no contrato de locação, foi fixado em 120 dias a partir da data da sua assinatura. Esse prazo foi aditado para mais 60 dias, devendo ocorrer até 30.06.2007, período necessário para a conclusão do processo de aprovação por parte das autoridades governamentais, notadamente da Aneel.

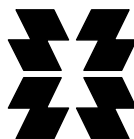
⁽¹⁾ Informações não revisadas pelos auditores independentes.

2 Apresentação das Informações Trimestrais

As informações trimestrais estão sendo apresentadas em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – Ibracon e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, conjugadas com a legislação específica da Aneel e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Essas demonstrações contábeis incorporam as alterações trazidas pelo Despacho Aneel nº 3.073, de 28.12.2006. As principais alterações resultantes da aplicação desse despacho foram as seguintes:

- a) Reclassificação das naturezas de gastos referentes à Conta de Consumo de Combustível – CCC e Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, anteriormente classificados como Despesa Operacional, para Encargos do Consumidor – Deduções da Receita Bruta;



- b) Reclassificação das naturezas de gastos referentes aos Programas de Eficiência Energética – PEE e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, anteriormente classificados como Despesa Operacional, para Encargos do Consumidor – Deduções da Receita Bruta;
- c) Instituição da baixa e reintegração de bens constituídos com recursos oriundos de participações e doações, a crédito da conta de Obrigações Especiais, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2007, com a finalidade de anular seu efeito no resultado contábil.

Para fins de comparabilidade, as reclassificações realizadas no Passivo Circulante do Balanço Consolidado de 31.12.2006 estão relacionadas a seguir:

Total de R\$ 60.173 reclassificado de Taxas regulamentares para:

Encargos do consumidor a recolher (a)		Outras contas a pagar	
Conta de consumo de combustível - CCC	33.141	Compensação financeira - recursos hídricos	7.073
Conta de desenvolvimento energético - CDE	13.258	Taxa de fiscalização - Aneel	1.324
Reserva global de reversão - RGR	5.306	Encargos de capacidade emergencial	71
	51.705		8.468

As reclassificações realizadas na Demonstração do Resultado de 31.03.2006 estão relacionadas a seguir:

Total de R\$ 157.564 reclassificado de Custos e Despesas com vendas e administrativas para:

Deduções da receita bruta (a)		Despesas financeiras	
Conta de consumo de combustível - CCC	75.941	Planos previdenciário e assistencial (b)	14.891
Conta de desenvolvimento energético - CDE	44.105	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE	22
	142.651		14.913

- a) Despacho Aneel nº 3.073, de 28.12.2006.
- b) Juros e variações monetárias sobre contrato de financiamento relativo ao Plano Previdenciário III.

As controladas seguem práticas contábeis adotadas pela Copel.

Informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Ofício Circular SFF/Aneel nº 2.396/2006, de 28.12.2006 e Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, de 14.02.2007.



3 Informações Trimestrais Consolidadas

As informações trimestrais consolidadas estão sendo apresentadas em conformidade com a Instrução CVM nº 247/1996 e deliberações posteriores, e contemplam a Controladora, as subsidiárias integrais (Copel Geração S.A., Copel Transmissão S.A., Copel Distribuição S.A., Copel Telecomunicações S.A. e Copel Participações S.A.) e as sociedades controladas indiretas (Companhia Paranaense de Gás – Compagas, Elejor – Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., Copel Empreendimentos Ltda. e UEG Araucária Ltda.).

Em cumprimento às disposições legais pertinentes, a consolidação das participações societárias contempla, a partir de 1º.06.2006, a inclusão das demonstrações contábeis da Copel Empreendimentos Ltda. e da UEG Araucária Ltda.

Os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultado das empresas constantes da consolidação são apresentados na NE nº 48, reclassificados para fins de padronização ao plano de contas adotado pela Copel.

Na consolidação, foram eliminados os investimentos da Companhia com o patrimônio líquido das controladas, bem como os saldos de ativos, passivos, receitas, custos e despesas decorrentes de operações entre as companhias, tendo sido destacada a participação dos acionistas minoritários, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem efetivamente os saldos de transações com terceiros.

Como informações complementares, apresentamos no formulário 16.01/ITR a Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas informações trimestrais são consistentes com aquelas adotadas nas demonstrações contábeis de 31.12.2006.

4 Disponibilidades

	Companhia		Consolidado	
	31.03.2007	31.12.2006	31.03.2007	31.12.2006
Caixa e bancos	428	185	49.778	67.299
Aplicações financeiras				
Bancos federais	158.326	584.457	1.026.027	1.417.538
Bancos privados	62	60	23.719	19.167
	158.388	584.517	1.049.746	1.436.705
	158.816	584.702	1.099.524	1.504.004

As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas, em sua maioria, foram realizadas em instituições financeiras oficiais, prevalecendo os papéis de renda fixa (títulos públicos federais), com remuneração média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.



5 Consumidores e Revendedores

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Venc. há mais de 90 dias	Total Consolidado	
				31.03.2007	31.12.2006
Consumidores					
Residencial	82.318	70.862	4.950	158.130	154.840
Industrial	83.716	21.367	44.213	149.296	150.038
Comercial	57.829	23.707	7.434	88.970	88.466
Rural	12.123	6.269	287	18.679	17.232
Poder público	41.167	13.014	835	55.016	50.658
Iluminação pública	11.568	807	477	12.852	13.031
Serviço público	10.635	507	451	11.593	11.976
Não faturados	136.179	-	-	136.179	156.649
Parcelamento de débitos vencidos	57.037	7.446	12.240	76.723	69.509
Parcelamento de débitos vencidos - NC	75.793	-	-	75.793	79.456
Tarifa social baixa renda	48.886	-	-	48.886	30.434
Encargos moratórios s/ faturas de energia	1.933	5.306	4.752	11.991	10.359
Governo do Paraná - luz fraterna	57.560	7.425	-	64.985	57.579
Aluguel de equip. e estruturas	3.444	250	396	4.090	1.149
Red. tarifa uso sist. distribuição	2.875	-	-	2.875	1.306
Red. tarifa uso sist. distribuição - NC	958	-	-	958	1.306
Red. tarifa irrigação e aquicultura	333	-	-	333	179
Red. tarifa irrigação e aquicultura - NC	111	-	-	111	179
Fornecimento de gás	16.674	333	684	17.691	17.993
Fornecimento de gás - NC	-	-	-	-	-
Outros créditos	13.516	2.501	1.296	17.313	25.098
Outros créditos - NC	97	-	-	97	107
	714.752	159.794	78.015	952.561	937.544
Revendedores					
Suprimento de energia elétrica					
Suprimento - CCEE (NE nº 44)	715	-	105	820	29.521
Leilão de energia	78.224	715	-	78.939	76.765
Contratos bilaterais	49.858	-	-	49.858	52.146
Ressarcimento de geradores	7.843	-	-	7.843	10.854
Ressarcimento de geradores - NC	27.109	-	-	27.109	27.109
Contratos com pequenas concessionárias	5.432	-	-	5.432	4.591
Suprimento curto prazo	-	-	130	130	138
	169.181	715	235	170.131	201.124
Sistema de transmissão					
Rede elétrica	13.039	91	4.697	17.827	17.427
Rede básica	17.539	145	174	17.858	17.310
Rede de conexão	19	-	-	19	19
	30.597	236	4.871	35.704	34.756
	914.530	160.745	83.121	1.158.396	1.173.424
Circulante	810.462	160.745	83.121	1.054.328	1.065.267
Não Circulante - NC	104.068	-	-	104.068	108.157



6 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com as normas contidas no Manual de Contabilidade de Serviço Público de Energia Elétrica, da Aneel, e no plano de contas instituído pela Agência Nacional do Petróleo - ANP, para o serviço público de fornecimento de gás. Após criteriosa análise das contas a receber vencidas, a Administração da Companhia considerou os seguintes valores como sendo suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos a receber:

	Consolidado	Adições / (reversões)	Baixas	Consolidado
	31.12.2006			31.03.2007
Consumidores e revendedores				
Residencial	15.083	972	(1)	16.054
Industrial	39.720	2.919	-	42.639
Comercial	6.600	2.371	-	8.971
Rural	-	71	-	71
Poder público	37.722	(36.305)	-	1.417
Iluminação pública	117	3	-	120
Serviço público	7	16	-	23
Concessionárias e permissionárias	12.012	(8)	-	12.004
Fornecimento de gás	465	184	-	649
	111.726	(29.777)	(1)	81.948

A Companhia e o Governo do Estado do Paraná firmaram um acordo de renegociação de faturas de fornecimento de energia elétrica e do Programa Luz Fraterna. Em virtude deste acordo, a Companhia procedeu neste trimestre a reversão de R\$ 48.619 da provisão para créditos de liquidação duvidosa na classe do Poder Público. Deste total, R\$ 33.418 referem-se ao programa e R\$ 15.201 às faturas de energia. A mutação verificada neste 1º trimestre, no valor de (R\$ 36.305), na referida classe de consumo, contempla esta reversão, bem como as adições decorrentes da inadimplência verificada no período.

7 Serviços Executados para Terceiros, Líquidos

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31.03.2007	Total Consolidado
Serviços de telecomunicações	12.587	1.260	650	14.497	13.353
Serviços executados para terceiros	295	69	1.053	1.417	1.395
Prov. para créd. liquidação duvidosa	-	-	(1.315)	(1.315)	(1.349)
	12.882	1.329	388	14.599	13.399



8 Dividendos a Receber

	Companhia		Consolidado	
	31.03.2007	31.12.2006	31.03.2007	31.12.2006
Dividendos a receber				
Coligadas e controladas (NE nº 15)				
Copel Geração S.A.	390.331	586.911	-	-
Copel Participações S.A.	2.893	2.893	-	-
Dominó Holdings S.A.	-	-	1.975	1.975
	393.224	589.804	1.975	1.975
Juros s/ capital próprio				
Copel Geração S.A.	57.507	57.507	-	-
Copel Transmissão S.A.	60.014	60.014	-	-
Copel Distribuição S.A.	52.913	52.913	-	-
	170.434	170.434	-	-
	563.658	760.238	1.975	1.975
Outros investimentos				
Eletrosul	22	44	22	44
	22	44	22	44
	563.680	760.282	1.997	2.019

9 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná

Mediante contrato firmado em 04.08.1994 e termo aditivo de dezembro de 1995, o saldo remanescente da Conta de Resultados a Compensar - CRC foi negociado com o Governo do Estado do Paraná para ser ressarcido em 240 meses, atualizado pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, e juros de 6,65% a.a. Em 1º.10.1997, houve renegociação do saldo para pagamento nos 330 meses seguintes pelo sistema *price* de amortização, com vencimento da primeira parcela em 30.10.1997 e da última em 30.03.2025, mantidas as cláusulas de atualização e juros do contrato original.

Através do quarto termo aditivo assinado em 21.01.2005, a Companhia renegociou com o Governo do Estado do Paraná o saldo em 31.12.2004 da Conta de Resultados a Compensar - CRC, no montante de R\$ 1.197.404 (valor original), em 244 prestações recalculadas pelo sistema *price* de amortização, com vencimento da primeira parcela em 30.01.2005 e as demais com vencimentos subseqüentes e consecutivos.

No valor renegociado, além das parcelas vincendas, estão incluídos o saldo da parcela vencida em fevereiro de 2003 e as parcelas vencidas de março de 2003 a dezembro de 2004, corrigidos pelo IGP-DI e acrescidos de juros de 1% a.m. As demais cláusulas do contrato original foram mantidas.

O Governo do Estado vem cumprindo o pagamento das parcelas renegociadas conforme estabelecido no quarto termo aditivo. As amortizações são garantidas com recursos oriundos de dividendos.

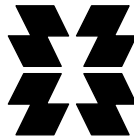


A mutação da conta Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná é a seguinte:

Saldos	Ativo circulante	Ativo não circulante	Total Consolidado
Em 31 de dezembro de 2005	31.803	1.150.464	1.182.267
Encargos - NE nº 42	19.040	-	19.040
Variação monetária - NE nº 42	7	2.413	2.420
Transferências	8.286	(8.286)	-
Amortizações	(26.799)	-	(26.799)
Em 31 de março de 2006	32.337	1.144.591	1.176.928
Encargos	56.357	-	56.357
Variação monetária	758	40.461	41.219
Transferências	26.154	(26.154)	-
Amortizações	(80.401)	-	(80.401)
Em 31 de dezembro de 2006	35.205	1.158.898	1.194.103
Encargos - NE nº 42	19.227	-	19.227
Variação monetária - NE nº 42	21	10.181	10.202
Transferências	9.221	(9.221)	-
Amortizações	(27.817)	-	(27.817)
Em 31 de março de 2007	35.857	1.159.858	1.195.715

10 Impostos e Contribuições Sociais

	Companhia		Consolidado	
	31.03.2007	31.12.2006	31.03.2007	31.12.2006
Ativo circulante				
IRPJ/CSLL a compensar (a)	67.567	65.911	103.245	116.736
IRPJ/CSLL diferidos (b)	22.792	6.387	128.982	106.145
ICMS a recuperar	-	-	17.748	11.166
Outros tributos a compensar	-	-	1.211	1.037
	90.359	72.298	251.186	235.084
Ativo não circulante				
IRPJ/CSLL a compensar (a)	4.525	4.525	4.525	4.525
IRPJ/CSLL diferidos (b)	54.663	56.576	316.172	337.654
ICMS a recuperar	-	-	28.358	28.781
ICMS liminar para depósito judicial	-	-	11.779	11.501
PIS/Pasep e Cofins a recolher	-	-	20.361	20.361
Provisão p/ perda na realização de tributos	-	-	(20.361)	(20.361)
PIS/Pasep e Cofins s/ ICMS liminar p/ dep. judicial	-	-	83	67
	59.188	61.101	360.917	382.528
Passivo circulante				
IRPJ/CSLL diferidos (b)	-	-	25.374	33.671
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	721	676	2.424	1.440
IRRF sobre juros sobre capital próprio	-	4.130	-	27.547
ICMS a recolher	-	-	119.675	116.032
PIS/Pasep e Cofins a recolher	14.441	14.443	88.298	81.345
Parcelamento Refis (c)	35.068	48.254	35.068	48.254
Outros tributos	1.040	216	3.123	2.796
	51.270	67.719	273.962	311.085
Passivo não circulante				
IRPJ/CSLL diferidos (b)	-	-	9.367	12.515
ICMS liminar para depósito judicial	-	-	11.779	11.501
PIS/Pasep e Cofins s/ ICMS liminar p/ dep. judicial	-	-	83	67
	-	-	21.229	24.083

**a) Imposto de renda e contribuição social a compensar**

Os valores registrados como imposto de renda e contribuição social a compensar referem-se, principalmente, a valores retidos na fonte, e recolhimento sob o regime de estimativa durante o período.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia contabiliza imposto de renda diferido calculado à alíquota de 15%, mais o adicional de 10%, e contribuição social diferida calculada à alíquota de 9%.

Os tributos diferidos sobre déficit previdenciário estão sendo realizados em conformidade com o plano de amortização da respectiva dívida e a provisão para convênio assistencial, na medida em que ocorrem os pagamentos dos benefícios pós-emprego. Os tributos diferidos sobre as demais provisões serão realizados em função das decisões judiciais e das realizações dos ativos regulatórios.

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros tributáveis, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos a prazo prescricional.



Os créditos fiscais estão contabilizados conforme demonstração a seguir:

	Companhia		Consolidado	
	31.03.2007	31.12.2006	31.03.2007	31.12.2006
Ativo circulante				
Déficit previdenciário - plano III	-	-	6.551	6.441
Planos previd. e assistencial - delib. CVM 371	-	-	3.875	3.879
Prejuízo fiscal	22.792	6.387	23.872	8.269
CVA passiva	-	-	48.779	33.832
Adições temporárias	-	-	45.905	53.724
	22.792	6.387	128.982	106.145
Ativo não circulante				
Déficit previdenciário - plano III	-	-	101.843	103.517
Planos previd. e assistencial - delib. CVM 371	-	-	48.798	50.165
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	6.035	6.035	17.769	17.769
Adições temporárias:				
Provisões para contingências (trabalhistas, tributárias e judiciais)	30.832	28.262	84.543	84.432
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.839	1.839	38.603	52.678
Provisão Refis/Finan	15.957	20.440	15.957	20.440
Provisão pesq. e desenv. e eficiência energética	-	-	7.929	7.929
Provisões do passivo regulatório	-	-	714	708
Outros	-	-	16	16
	54.663	56.576	316.172	337.654
Passivo circulante				
CVA ativa	-	-	20.272	27.281
Energia excedente	-	-	1.091	505
Exclusões temporárias	-	-	4.011	5.885
	-	-	25.374	33.671
Passivo não circulante				
CVA ativa	-	-	2.342	3.053
Energia excedente	-	-	363	505
Exclusões temporárias	-	-	6.662	8.957
	-	-	9.367	12.515
	77.455	62.963	410.413	397.613

Em cumprimento à Instrução CVM nº 371, de 27.06.2002, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Companhia aprovaram o estudo técnico elaborado pela sua Diretoria de Finanças e de Relações com os Investidores, referente à projeção futura de lucratividade, no qual se evidencia a realização dos impostos diferidos. Conforme estimativas de lucro tributáveis futuros, a realização dos impostos diferidos está apresentada a seguir:

	Parcela estimada de realização	Parcela efetiva de realização	Parcela estimada de realização
2007	27.078	35.280	-
2008	-	-	21.363
2009	-	-	12.269
2010	-	-	13.206
2011	-	-	14.219
Após 2012	-	-	349.356
	27.078	35.280	410.413

As projeções de resultado futuro serão objeto de reavaliação da Administração quando da aprovação das demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2007, que ocorrerá em abril de 2008.

**c) Programa de recuperação fiscal – Refis**

Em 16.12.2000, a Copel aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal – Refis, instituído pela Lei nº 9.964, de 10.04.2000, a fim de parcelar uma dívida junto ao INSS, no valor consolidado de R\$ 82.540, com data retroativa a 1º.03.2000, a ser paga em 60 prestações mensais e iguais.

Pelo fato de o Refis I abranger tributos do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e da Secretaria da Receita Federal - SRF, esta incluiu na conta do Refis, sem anuência da Copel, exigências de IRPJ e CSLL no valor de R\$ 11.100, retroativas à data da consolidação, 1º.03.2000, elevando o valor total da dívida a R\$ 93.640.

A companhia requereu liquidação de encargos (juros e multas) incluídos no valor acima, mediante a utilização de créditos de terceiros (decorrentes de prejuízos fiscais do imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ e bases negativas da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL), no valor de R\$ 45.766. Contudo, em setembro de 2003, considerando que a SRF ainda não havia concluído a análise do processo de transferência dos créditos citados, a Companhia constituiu provisão que, atualizada até 30.09.2006, resultava em valor líquido de R\$ 73.844 (a qual correspondia ao saldo atualizado da conta do Refis).

Em 31.07.2006, a Copel tomou conhecimento da decisão definitiva da SRF sobre o indeferimento do pedido de utilização de créditos de terceiros.

Em 14.08.2006, a Copel requereu a sua exclusão do Refis, no intuito exclusivo de aderir a novo parcelamento instituído pela Medida Provisória nº 303/2006, denominado Parcelamento Excepcional – Paex. Com essa adesão, a Copel passou a usufruir os benefícios de tal programa, mediante pagamento do débito remanescente em 6 prestações, com desconto de 80% sobre a multa e 30% sobre os juros. Essa adesão foi efetivamente realizada em 14.09.2006.

No novo parcelamento, foram incluídos apenas os débitos de INSS – pois os da Receita Federal passaram a ser contestados judicialmente – remanescentes do Refis, ou seja, excluídos os débitos quitados por meio dos pagamentos realizados na vigência do parcelamento, resultando, segundo o cálculo inicial do INSS, no valor de R\$ 37.782 a ser pago em 6 parcelas, corrigido pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic. Tais parcelas já foram pagas, contudo, o INSS reincluiu na conta do Paex os juros que haviam sido dispensados integralmente no Refis I, no valor de R\$ 35.000. Ainda assim, o INSS não oferece nenhuma garantia de que os seus cálculos sejam definitivos, informando que a “consolidação final” do débito ainda não foi concluída.

Assim, ante a conjuntura apresentada, recomenda-se a manutenção de provisionamento no valor de R\$ 35.068, para a cobertura da nova exigência do INSS no Paex.



11 Conta de Compensação da “Parcela A”

As Portarias Interministeriais nº 25, de 24.01.2002, nº 116, de 04.04.2003, e nº 361, de 26.11.2004, dos Ministros da Fazenda e de Minas e Energia, estabeleceram que fossem registradas, na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA, as variações ocorridas entre os valores previstos por ocasião dos reajustes tarifários e os valores efetivamente desembolsados ao longo do ano tarifário dos seguintes itens de custo da “Parcela A”: tarifa de repasse de potência de Itaipu Binacional; tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional; quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica; compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos; Encargos dos Serviços do Sistema – ESS; quota de recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE; custos de aquisição de energia elétrica; e quotas de energia e custeio do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia - Proinfa.

Através da Resolução Homologatória nº 345/2006, a Aneel autorizou a Copel Distribuição aplicar em suas tarifas de fornecimento, a partir de 24.06.2006, reajuste médio de 5,12%. Deste percentual, 4,91% refere-se ao índice de reajuste tarifário e 0,21% aos ajustes financeiros externos. A CVA faz parte deste último grupo, representando o total de R\$ 21.978, o que corresponde a 0,58% do reajuste concedido, sendo formada por três parcelas: a CVA relativa ao ano tarifário 2005-2006 no valor de (R\$ 7.557), o saldo a compensar da CVA do exercício anterior de (R\$ 4.317), e o saldo da CVA diferida referente a períodos anteriores de R\$ 33.852.

Em atendimento às instruções contidas no Ofício Circular SFF/Aneel nº 2.396/2006, de 28.12.2006, a Companhia reclassificou para as contas representativas da CVA, referentes a custos com aquisição de energia elétrica, os valores decorrentes da recuperação dos 3% excedentes sobre a contratação de energia elétrica. O Decreto n.º 5.163, de 30.07.2004, em seu artigo 38, determina que, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a Aneel deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição.

A definição dos critérios para o repasse desse custo de sobrecontratação de energia é objeto da Audiência Pública 002/2006, instituída em 22.02.2006 e ainda em andamento. Por esse motivo, a Aneel homologou no reajuste tarifário de 2006, de forma provisória, conforme procedimento consignado na Nota Técnica SRE/Aneel nº 46/2006, o montante de R\$ 16.122 referente ao período de janeiro a dezembro de 2005, conforme item 52 da Nota Técnica nº 345/2006-SRE/Aneel, restando um saldo de R\$ 4.030 a amortizar em 31.03.2007.



A composição dos saldos da Conta de Compensação "Parcela A" – CVA é a seguinte:

Consolidado	Ativo circulante		Ativo não circulante	
	31.03.2007	31.12.2006	31.03.2007	31.12.2006
CVA recuperável reajuste tarifário 2006				
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	9.081	18.162	-	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	1.098	2.195	-	-
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	5.349	10.699	-	-
CDE	5.775	11.549	-	-
ESS	1.871	3.741	-	-
CCC	8.740	17.481	-	-
Proinfa	2.943	5.886	-	-
Energia elétrica comprada p/ revenda (CVA Energ)	4.030	8.061	-	-
	38.887	77.774	-	-
CVA recuperável reajuste tarifário 2007				
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	12.163	5.133	4.054	5.133
CDE	5.552	2.199	1.851	2.199
ESS	7.338	3.350	2.446	3.350
Proinfa	5.395	1.592	1.799	1.591
Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ)	97	-	32	-
	30.545	12.274	10.182	12.273
	69.432	90.048	10.182	12.273
Consolidado	Passivo circulante		Passivo não circulante	
	31.03.2007	31.12.2006	31.03.2007	31.12.2006
CVA compensável reajuste tarifário 2006				
Energia elétrica comprada p/ revenda (CVA Energ)	29.223	58.445	-	-
	29.223	58.445	-	-
CVA compensável reajuste tarifário 2007				
Energia elétrica comprada p/ revenda (CVA Energ)	68.641	37.877	22.881	37.877
Encargos uso sist. transm. (rede básica)	7.768	4.577	2.589	4.577
CCC	38.283	9.197	12.761	9.197
Transporte de energia comprada (Itaipu)	1.073	402	358	402
	115.765	52.053	38.589	52.053
	144.988	110.498	38.589	52.053



A movimentação dos saldos de diferimento de custos tarifários atualizados pela taxa Selic apresenta-se como se segue:

	Saldo	Diferim.	Amortiz.	Atualiz.	Transf.	Saldo
	31.12.2006					31.03.2007
Ativo						
Energia elétrica comp. p/ revenda (Itaipu)	28.428	5.588	(9.615)	897	-	25.298
Transporte de energia comprada (Itaipu)	2.195	-	(1.172)	75	-	1.098
Encargos uso sist. transm. (rede básica)	10.699	-	(5.505)	155	-	5.349
CDE	15.947	2.839	(6.089)	481	-	13.178
ESS	10.441	2.833	(1.913)	294	-	11.655
CCC	17.481	-	(9.406)	665	-	8.740
Proinfa	9.069	3.904	(3.178)	342	-	10.137
Energia elétrica comp. p/ rev. (CVA Energ)	8.061	129	(4.031)	-	-	4.159
	102.321	15.293	(40.909)	2.909	-	79.614
Circulante	90.048	10.579	(40.909)	2.622	7.092	69.432
Não Circulante - NC	12.273	4.714	-	287	(7.092)	10.182
Passivo						
Energia elétrica comp. p/ rev. (CVA Energ)	134.199	13.712	(31.385)	4.219	-	120.745
CCC	18.394	31.904	-	746	-	51.044
Encargos uso sist. transm. (rede básica)	9.154	897	-	306	-	10.357
Transporte de energia comprada (Itaipu)	804	592	-	35	-	1.431
	162.551	47.105	(31.385)	5.306	-	183.577
Circulante	110.498	33.744	(31.385)	4.302	27.829	144.988
Não Circulante - NC	52.053	13.361	-	1.004	(27.829)	38.589

12 Cauções e Depósitos Vinculados

	Consolidado	
	31.03.2007	31.12.2006
Ativo circulante		
Depósitos em garantia	69.634	68.565
	69.634	68.565
Ativo não circulante		
Caução do contrato da STN (NE nº 19.b)	23.621	24.630
	23.621	24.630

Do montante de depósitos em garantia registrados no ativo circulante, R\$ 11.565 estão aplicados no Unibanco S.A., com remuneração de 100% da variação da Taxa DI, depositados em conta reserva para garantia de obrigação de dívida junto ao BNDESPAR, referente à operação de emissão de debêntures, conforme Instrumento Particular de Vinculação de Receitas e Outras Avenças.

Os demais depósitos atendem as exigências da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e estão vinculados às operações realizadas nos leilões de energia, nas liquidações da própria CCEE e nos leilões realizados pela Aneel.



13 Outros Créditos

	Companhia		Consolidado	
	31.03.2007	31.12.2006	31.03.2007	31.12.2006
Ativo circulante				
Adiantamento a empregados	-	-	18.903	7.618
Adiantamento a fornecedores	-	-	12.442	11.074
Pagamentos antecipados	-	-	6.737	8.756
Parcelamento Onda Provedor de Serviços	4.348	4.348	4.348	4.348
Salários de empregados cedidos a recuperar	-	-	3.783	3.768
Reserva Global de Reversão - RGR - Diferenças	-	-	3.095	2.256
Desativações em curso	-	-	1.834	2.095
Adiantamento para depósitos judiciais	6	-	1.532	1.412
Aquisição de combustível por conta da CCC	-	-	931	764
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.348)	(4.348)	(9.466)	(9.812)
Outros créditos a receber	2	2	3.841	4.599
	8	2	47.980	36.878
Ativo não circulante				
Empréstimos compulsórios	-	-	5.483	5.483
Pagamentos antecipados	-	-	3.443	3.612
Bens e direitos destinados à alienação	-	-	2.814	2.814
	-	-	11.740	11.909

A Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD, na Companhia, refere-se ao saldo de parcelamento com Onda Provedor de Serviços, com difícil realização, e no consolidado, além do valor da Companhia, refere-se à parcela não realizável, principalmente, de salário de empregados cedidos a recuperar.

14 Depósitos Judiciais

Os saldos de depósitos judiciais registrados no ativo não circulante estão demonstrados abaixo:

	Companhia		Consolidado	
	31.03.2007	31.12.2006	31.03.2007	31.12.2006
Trabalhistas	-	-	59.593	68.650
Cíveis:				
Servidões de passagem	-	-	9.566	7.149
Cíveis	-	-	14.828	13.982
Consumidores	-	-	1.583	1.640
	-	-	25.977	22.771
Fiscais:				
INSS	47.934	47.934	47.934	47.934
	47.934	47.934	47.934	47.934
Outros depósitos judiciais	-	1	1.647	1.599
	47.934	47.935	135.151	140.954



Os depósitos judiciais referem-se a valores que a Copel deposita para garantir execuções (trabalhistas e cíveis). Após o processo de conhecimento, inicia-se o processo de execução. Na citação para pagar o valor devido, a Copel deposita o valor à disposição do Juízo e, se houver argumentos, faz a impugnação dos cálculos. Após a decisão da impugnação, o Juiz determina levantamento pelo autor do valor que ele tem à disposição e o valor que eventualmente a Copel tem devido ao reconhecimento de erro nos cálculos.

15 Créditos com Pessoas Ligadas

A Companhia possui, demonstrados pelo valor líquido, os créditos a receber abaixo junto às suas coligadas e controladas:

	Companhia		Consolidado	
	31.03.2007	31.12.2006	31.03.2007	31.12.2006
Controladas:				
Copel Geração S.A.				
Juros s/ capital próprio a receber (NE nº 8)	57.507	57.507	-	-
Dividendos a receber (NE nº 8)	390.331	586.911	-	-
	447.838	644.418	-	-
Copel Transmissão S.A.				
Juros s/ capital próprio a receber (NE nº 8)	60.014	60.014	-	-
Financiamentos repassados (a)	20.809	21.344	-	-
	80.823	81.358	-	-
Copel Distribuição S.A.				
Juros s/ capital próprio a receber (NE nº 8)	52.913	52.913	-	-
Financiamentos repassados (a)	78.682	80.686	-	-
Contrato de mútuo (b)	663.928	-	-	-
Debêntures repassadas (a)	-	637.329	-	-
	795.523	770.928	-	-
Copel Participações S.A.				
Dividendos a receber (NE nº 8)	2.893	2.893	-	-
	2.893	2.893	-	-
	1.327.077	1.499.597	-	-
Coligadas:				
Dividendos a receber (NE nº 8)				
Dominó Holdings S.A.	-	-	1.975	1.975
	-	-	1.975	1.975
	1.327.077	1.499.597	1.975	1.975
Dividendos a receber (NE nº 8)	563.658	760.238	1.975	1.975
Ativo não circulante	763.419	739.359	-	-

a) Financiamentos e debêntures repassados

A Companhia repassou os empréstimos e financiamentos para as suas subsidiárias integrais quando de sua constituição em 2001. Entretanto, como os contratos de transferências para as respectivas subsidiárias não foram passíveis de formalização junto a instituições financeiras, estes compromissos encontram-se igualmente registrados na Controladora.



Nas demonstrações contábeis, os saldos desses financiamentos são repassados com a mesma incidência de encargos assumidos pela Companhia e são apresentados separadamente como crédito junto às subsidiárias integrais, e como obrigações por empréstimos e financiamentos nas subsidiárias, no valor de R\$ 99.491 (R\$ 102.030 em 31.12.2006) (NE nº 19).

O saldo de R\$ 637.329 em 31.12.2006, referente a debêntures repassadas para a Copel Distribuição, foi liquidado em 1º.03.2007.

b) Contrato de Mútuo

Em 27.02.2007, foi aprovado pela Aneel o contrato de mútuo a ser firmado entre a Companhia (mutuante) e Copel Distribuição (mutuária), no valor de R\$ 1.100.000. O prazo definido é de 5 anos, com juros de 104% da taxa DI, sendo que os recursos serão destinados ao programa de investimento da concessão e ao pagamento das debêntures repassadas a Copel Distribuição, com vencimento em 1º.03.2007.

16 Investimentos

	Companhia		Consolidado	
	31.03.2007	31.12.2006	31.03.2007	31.12.2006
Participações em coligadas (a)	-	-	214.426	210.363
Participações em coligadas - ágio (b)				
Sercomtel S.A. - Telecomunicações	-	-	4.739	5.796
Sercomtel Celular S.A.	-	-	658	803
	-	-	5.397	6.599
Participações em controladas				
Copel Geração S.A.	2.616.607	2.509.233	-	-
Copel Transmissão S.A.	1.103.757	1.063.740	-	-
Copel Distribuição S.A.	1.845.979	1.689.286	-	-
Copel Telecomunicações S.A.	191.761	184.287	-	-
Copel Participações S.A.	1.186.110	1.180.415	-	-
	6.944.214	6.626.961	-	-
Participações em controladas - ágio				
Elejor - Centrais Elét. do Rio Jordão S.A. (c)	-	-	21.872	22.060
Copel Empreendimentos Ltda. (d)	-	-	53.368	53.955
	-	-	75.240	76.015
Outros investimentos				
Fundo de investimento da Amazônia - Finam	32.609	32.609	32.609	32.609
Fundo de investimento do Nordeste - Finor	9.870	9.870	9.870	9.870
Finam - Nova Holanda	7.761	7.761	7.761	7.761
Provisão para perdas nos incentivos	(47.900)	(47.900)	(47.900)	(47.900)
Imóveis para uso futuro do serviço	-	-	6.825	6.825
Outros investimentos	2.322	2.322	3.828	3.826
	4.662	4.662	12.993	12.991
	6.948.876	6.631.623	308.056	305.968



a) Participações em coligadas

	Patrimônio líquido da investida		Partic. Copel (%)	Investimento Consolidado	
	31.03.2007	31.12.2006		31.03.2007	31.12.2006
Participações em coligadas					
Dominó Holdings S.A. (d)	627.753	610.149	15,00	94.163	91.522
Sercomtel S.A. - Telecomunicações ⁽¹⁾	187.296	185.477	45,00	84.283	83.463
Foz do Chopim Energética Ltda. ⁽¹⁾	45.420	45.742	35,77	16.247	16.362
Sercomtel Celular S.A. ⁽¹⁾	26.754	27.488	45,00	12.039	12.369
Dona Francisca Energética S.A.	13.143	8.785	23,03	3.027	2.023
Centrais Eólicas do Paraná Ltda. ⁽¹⁾	3.630	3.500	30,00	1.089	1.050
Copel Amec S/C Ltda. ⁽¹⁾	993	973	48,00	477	468
Carbocampel S.A. ⁽¹⁾	463	473	49,00	227	232
Adiantamento para aumento de capital				198	198
Escoelectric Ltda. ⁽¹⁾	(3.443)	(3.677)	40,00	-	-
Adiantamento para aumento de capital				2.500	2.500
Braspower International Engineering S/C Ltda. ⁽¹⁾	(407)	(407)	49,00	-	-
Adiantamento para aumento de capital				176	176
				214.426	210.363

⁽¹⁾ Não revisado por auditores independentes

b) Participação em coligadas - ágio

Os investimentos na Sercomtel S.A. Telecomunicações e na Sercomtel Celular S.A. registraram ágios de aquisição (R\$ 42.289 e R\$ 5.814), que no balanço representam saldos líquidos de R\$ 4.739 e R\$ 658, respectivamente. Esses ágios estão sendo amortizados à taxa anual de 10%, cujo efeito no resultado dos exercícios de 2007 e de 2006 foi de R\$ 1.202 (R\$ 1.057 + R\$ 145). O fundamento econômico do pagamento do ágio nos investimentos da Sercomtel S.A. Telecomunicações e na Sercomtel Celular S.A. foi a expectativa de rentabilidade futura, resultado da avaliação do retorno do investimento com base no fluxo de caixa descontado.

c) Elejor – Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.

A aquisição das ações da Elejor pertencentes à Triunfo Participações S.A., em dezembro de 2003, gerou ágio no valor total de R\$ 22.626, que em 31.03.2007 representa um saldo de R\$ 21.872. O fundamento econômico utilizado para amortização do ágio é o prazo remanescente da concessão, cujo efeito no resultado em 31.03.2007 foi de R\$ 189 (R\$ 95 em 31.03.2006).



d) Copel Empreendimentos Ltda.

Em 31.05.2006, a Copel Participações adquiriu a El Paso Empreendimentos e Participações Ltda., holding da UEG Araucária Ltda., da qual possui 60% do capital social, alterando sua denominação social para Copel Empreendimentos Ltda., resultando um ágio líquido final de R\$ 53.368, cujo fundamento para amortização foi considerado o restante do prazo de concessão que é de 23 anos, representando neste trimestre despesa de amortização de ágio no valor de R\$ 586.

e) Dominó Holdings

A Dominó Holdings S.A. – holding que detém 34,75% do capital da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, uma sociedade de economia mista que tem por objeto social a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário.

f) Participação no capital social das coligadas e controladas

	% Participação no capital social			Capital social integralizado	
	Ordinárias	Preferenciais	Total	31.03.2007	31.12.2006
Participações em coligadas					
Dominó Holdings S.A.	15,00	0,00	15,00	251.929	251.929
Sercomtel S.A. - Telecomunicações ⁽¹⁾	45,00	45,00	45,00	246.896	246.896
Foz do Chopim Energética Ltda. ⁽¹⁾	-	-	35,77	23.000	23.000
Sercomtel Celular S.A. ⁽¹⁾	45,00	45,00	45,00	36.540	36.540
Dona Francisca Energética S.A.	23,03	0,00	23,03	66.600	66.600
Centrais Eólicas do Paraná Ltda. ⁽¹⁾	-	-	30,00	3.061	3.061
Copel Amec S/C Ltda. ⁽¹⁾	-	-	48,00	828	828
Carbocampel S.A. ⁽¹⁾	49,00	0,00	49,00	260	260
Escoelectric Ltda. ⁽¹⁾	-	-	40,00	8.050	8.050
Braspower International Engineering S/C Ltda. ⁽¹⁾	-	-	49,00	1.650	1.650
Participações em controladas					
Companhia Paranaense de Gás - Compagas	51,00	51,00	51,00	60.050	60.050
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A	70,00	0,00	35,12	113.800	113.800
Copel Empreendimentos Ltda.	-	-	100,00	397.983	397.983
UEG Araucária Ltda. ⁽¹⁾	-	-	80,00	700.000	700.000

⁽¹⁾ Não revisado por auditores independentes



17 Imobilizado

	Custo	Depreciação acumulada	31.03.2007	Líquido Consolidado 31.12.2006
Em serviço (a)				
Copel Geração S.A.	4.315.865	(1.613.418)	2.702.447	2.718.458
Copel Transmissão S.A.	1.515.968	(486.676)	1.029.292	992.770
Copel Distribuição S.A.	3.477.290	(1.739.436)	1.737.854	1.708.060
Copel Telecomunicações S.A.	310.666	(161.370)	149.296	150.029
Copel Participações S.A.	333	(223)	110	120
Companhia Paranaense de Gás - Compagas	140.739	(28.465)	112.274	113.033
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.	604.962	(18.096)	586.866	590.938
UEG Araucária Ltda.	633.335	(52.725)	580.610	588.479
	10.999.158	(4.100.409)	6.898.749	6.861.887
Em curso				
Copel Geração S.A.	138.004	-	138.004	144.468
Copel Transmissão S.A.	178.025	-	178.025	209.821
Copel Distribuição S.A.	231.824	-	231.824	251.020
Copel Telecomunicações S.A.	34.020	-	34.020	33.489
Companhia Paranaense de Gás - Compagas	11.979	-	11.979	11.186
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.	8.432	-	8.432	8.427
	602.284	-	602.284	658.411
	11.601.442	(4.100.409)	7.501.033	7.520.298
Obrigações especiais (b)				
Copel Transmissão S.A.	-	-	(7.145)	(7.145)
Copel Distribuição S.A.	-	-	(806.968)	(801.467)
			(814.113)	(808.612)
			6.686.920	6.711.686

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26.02.1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Aneel nº 20/1999 regulamentou a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

a) Imobilizado em serviço

	Custo	Depreciação acumulada	31.03.2007	Líquido Consolidado 31.12.2006
Em serviço				
Máquinas e equipamentos	7.113.035	(2.766.969)	4.346.066	4.298.917
Reservatórios, barragens e adutoras	2.864.129	(959.002)	1.905.127	1.916.510
Edificações, obras civis e benfeitorias	687.340	(286.046)	401.294	403.373
Terrenos	118.133	-	118.133	117.775
Tubulações de gás	112.444	(19.961)	92.483	93.419
Veículos	83.715	(57.143)	26.572	22.938
Móveis e utensílios	20.362	(11.288)	9.074	8.955
	10.999.158	(4.100.409)	6.898.749	6.861.887

**b) Obrigações especiais**

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final das concessões. Por meio do despacho Aneel nº 3.073, de 28.12.2006, foi instituída a baixa e a reintegração de bens constituídos com recursos oriundos de participações e doações, com a finalidade de anular seu efeito no resultado contábil, inicialmente, considerando valores de depreciação/amortização decorrentes de bens constituídos com recursos das Obrigações Especiais apropriados no Ativo Imobilizado em Serviço, a partir do exercício de 2007 e de bens constituídos ao longo dos anos com recursos do Programa de Eficiência Energética-PEE, Pesquisa e Desenvolvimento e Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica.

c) Planos de universalização de energia elétrica

A Aneel, através da Resolução nº 223, de 29.04.2003, alterada pelas Resoluções nº 52, de 25.03.2004, e nº 175, de 28.11.2005, estabeleceu condições gerais para elaboração dos planos de universalização de energia elétrica visando ao atendimento de novas unidades consumidoras, ou ao aumento de carga, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438, de 26.04.2002, e fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, posteriormente alterada pela Lei nº 10.762, de 11.11.2003, e nº 10.848, de 15.03.2004.

O Programa Luz para Todos, instituído pelo Governo Federal através do Decreto Presidencial nº 4.783, de 11.11.2003, tem como objetivo antecipar a meta de completar 100% de eletrificação no país até 2008, sem qualquer ônus para o consumidor.



d) Taxas de depreciação

As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução Aneel nº 240, de 05.12.2006, a Portaria nº 96/1995, do Ministério das Comunicações, e a Agência Nacional do Petróleo – ANP, são:

	%
Geração	
Equipamento geral	10,00
Geradores	3,30
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00
Turbina hidráulica	2,50
Turbinas a gás e a vapor	5,00
Resfriamento e tratamento de água	5,00
Condicionador de gás	5,00
Transmissão	
Condutor e estrutura do sistema e transformador de força	2,50
Equipamento geral	10,00
Religadores	4,30
Distribuição	
Condutor e estrutura do sistema e transformador	5,00
Banco de capacitores e chave de distribuição	6,70
Regulador de tensão	4,80
Administração central	
Edificações	4,00
Máquinas e equipamentos de escritório	10,00
Móveis e utensílios	10,00
Veículos	20,00
Telecomunicações	
Equipamentos de transmissão e de energia (telecomunicações)	10,00
Cabos aéreos e subterrâneos, fios e central privada de comutação	10,00
Fornecimento de gás natural	
Gasoduto	3,30
Equipamentos de operação do gasoduto	10,00



e) Muta o do imobilizado

Saldos	em serviço	Imobilizado em curso	Obriga�es especiais	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2005	5.907.082	806.145	(765.123)	5.948.104
Programa de investimentos	-	149.046	-	149.046
Imobiliza�es de obras	109.520	(109.520)	-	-
Quotas de deprecia�o	(84.377)	-	-	(84.377)
Baixas	(5.802)	-	-	(5.802)
Participa�o financeira dos consumidores	-	-	(6.966)	(6.966)
Transferências do intangível	-	876	-	876
Em 31 de março de 2006	5.926.423	846.547	(772.089)	6.000.881
Consolida�o do imobilizado da UEG Araucária	602.979	-	-	602.979
Programa de investimentos	-	418.733	-	418.733
Imobiliza�es de obras	613.787	(613.787)	-	-
Quotas de deprecia�o	(272.466)	-	-	(272.466)
Baixas	(8.983)	-	-	(8.983)
Participa�o financeira dos consumidores	-	-	(36.523)	(36.523)
Transferências do intangível	147	3.950	-	4.097
Complemento de provisões para contingências	-	2.968	-	2.968
Em 31 de dezembro de 2006	6.861.887	658.411	(808.612)	6.711.686
Programa de investimentos	-	82.215	-	82.215
Imobiliza�es de obras	138.907	(138.907)	-	-
Quotas de deprecia�o	(98.281)	-	-	(98.281)
Quotas de deprecia�o - obriga�es especiais	(169)	-	169	-
Baixas	(3.531)	-	-	(3.531)
Participa�o financeira dos consumidores	-	-	(5.670)	(5.670)
Transferências para o intangível	(64)	-	-	(64)
Complemento de provisões para contingências	-	565	-	565
Em 31 de março de 2007	6.898.749	602.284	(814.113)	6.686.920

18 Intangível

	Direito de uso de softwares	Amortiza�o acumulada ⁽¹⁾	Faixa de servidões	Outros	31.03.2007	Líquido Consolidado 31.12.2006
Em serviço						
Copel Gera�o	1.425	(673)	18	17	787	853
Copel Transmissão	7.890	(7.599)	22.491	15	22.797	22.018
Copel Distribui�o	25.979	(20.930)	2.653	123	7.825	7.024
Copel Telecomunica�es	3.590	(1.925)	-	-	1.665	1.748
Copel Participa�es	-	-	-	1	1	1
Compagas	548	(322)	-	14	240	260
Elejor	-	-	101	-	101	101
UEG Araucária	65	(57)	-	-	8	9
	39.497	(31.506)	25.263	170	33.424	32.014
Em curso						
Copel Transmissão	1.600	-	-	-	1.600	2.348
Copel Distribui�o	6.259	-	222	-	6.481	6.394
Elejor	-	-	27	-	27	27
	7.859	-	249	-	8.108	8.769
					41.532	40.783

⁽¹⁾ Taxa anual de amortiza o: 20%



a) Muta o do intangível

Saldos	em serviço	Intangível em curso	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2005	32.299	10.888	43.187
Programa de investimentos	-	331	331
Capitaliza�es	78	(78)	-
Quotas de amortiza�o	(981)	-	(981)
Transferências para o ativo imobilizado em curso	(876)	-	(876)
Em 31 de março de 2006	30.520	11.141	41.661
Consolida�o do intangível da UEG Araucária	16	-	16
Programa de investimentos	-	5.416	5.416
Capitaliza�es	2.962	(2.962)	-
Quotas de amortiza�o	(2.087)	-	(2.087)
Baixas	(126)	-	(126)
Transferências para o ativo imobilizado em serviço	(147)	-	(147)
Transferências para o ativo imobilizado em curso	876	(4.826)	(3.950)
Em 31 de dezembro de 2006	32.014	8.769	40.783
Programa de investimentos	-	1.581	1.581
Capitaliza�es	2.242	(2.242)	-
Quotas de amortiza�o	(883)	-	(883)
Baixas	(13)	-	(13)
Transferências do ativo imobilizado em serviço	64	-	64
Em 31 de março de 2007	33.424	8.108	41.532

19 Empréstimos e Financiamentos

A composi o dos saldos de empréstimos e financiamentos da Companhia   a seguinte:

	Passivo circulante		Passivo não circulante	Total Companhia	
	Principal	Encargos	Principal	31.03.2007	31.12.2006
Moeda estrangeira					
Secretaria Tesouro Nacional (b)	7.456	3.050	88.985	99.491	102.030
Moeda nacional					
Banco do Brasil S.A. (c)	-	4.363	260.000	264.363	-
	7.456	7.413	348.985	363.854	102.030

A composi o dos empréstimos e financiamentos consolidados   a seguinte:

	Passivo circulante		Passivo não circulante	Total Consolidado	
	Principal	Encargos	Principal	31.03.2007	31.12.2006
Moeda estrangeira					
BID (a)	19.686	669	58.926	79.281	93.464
Secretaria Tesouro Nacional (b)	7.456	3.050	88.985	99.491	102.030
Banco do Brasil S.A. (c)	4.304	47	6.456	10.807	13.607
Eletr�br�s (d)	6	1	44	51	52
	31.452	3.767	154.411	189.630	209.153
Moeda nacional					
Eletr�br�s (d)	39.368	20	281.471	320.859	337.647
Eletr�br�s - Elejor (e)	-	-	53.907	53.907	49.353
BNDES - Compagas (f)	6.399	-	24.049	30.448	32.143
Banco do Brasil S.A. (c)	124	4.367	260.898	265.389	1.046
	45.891	4.387	620.325	670.603	420.189
	77.343	8.154	774.736	860.233	629.342



Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador:

Moeda (equivalente em R\$) / Indexador	Consolidado			
	31.03.2007	%	31.12.2006	%
Moeda estrangeira				
Dólar norte-americano	99.542	11,57	102.082	16,22
Yen	10.807	1,26	13.607	2,16
Cesta de moedas do BID	79.281	9,22	93.464	14,85
	189.630	22,05	209.153	33,23
Moeda nacional				
URTJLP	37	-	28.951	4,60
IGP-M	54.896	6,38	50.334	8,00
Ufir	27.763	3,23	31.675	5,03
Finel	293.096	34,07	305.972	48,62
UMBND	30.448	3,54	3.257	0,52
CDI	264.363	30,73	-	-
	670.603	77,95	420.189	66,77
	860.233	100,00	629.342	100,00

Varição das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos:

Moeda/Indexador	Variação (%)	
	31.03.2007	31.12.2006
Dólar norte-americano	(4,10)	(8,66)
Yen	(3,10)	(9,47)
Cesta de moedas do BID	0,43	2,09
URTJLP	0,12	1,79
TJLP	1,59	7,96
IGP-M	1,11	3,83
Finel	0,22	0,76
UMBND	(4,02)	(8,50)
CDI	(3,80)	(26,87)

Vencimentos das parcelas de longo prazo:

	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Consolidado	
			31.03.2007	31.12.2006
2008	19.435	36.348	55.783	76.387
2009	30.590	47.702	78.292	75.759
2010	25.470	46.462	71.932	72.321
2011	15.649	46.462	62.111	62.117
2012	4.290	40.116	44.406	43.950
2013	2.752	40.063	42.815	42.295
2014	1.379	299.949	301.328	40.753
2015	-	39.913	39.913	39.277
2016	-	20.760	20.760	23.517
2017	-	1.408	1.408	4.493
2018	-	983	983	941
2019	-	131	131	115
após 2019	54.846	28	54.874	57.265
	154.411	620.325	774.736	539.190



Mutação de empréstimos e financiamentos:

Saldos	Moeda estrangeira		Moeda nacional		Total Consolidado
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Em 31 de dezembro de 2005	40.470	223.338	58.783	379.286	701.877
Encargos	3.119	-	7.340	-	10.459
Varição monetária e cambial	(2.283)	(15.242)	26	4.750	(12.749)
Transferências	12.702	(12.702)	14.091	(14.091)	-
Amortizações	(15.745)	-	(27.579)	-	(43.324)
Em 31 de março de 2006	38.263	195.394	52.661	369.945	656.263
Ingressos	-	-	-	16.937	16.937
Encargos	9.144	-	21.399	-	30.543
Varição monetária e cambial	(86)	(1.902)	136	17.023	15.171
Transferências	20.395	(20.395)	37.812	(37.812)	-
Amortizações	(31.660)	-	(57.912)	-	(89.572)
Em 31 de dezembro de 2006	36.056	173.097	54.096	366.093	629.342
Ingressos	-	-	-	260.000	260.000
Encargos	2.721	-	15.687	3.923	22.331
Varição monetária e cambial	(1.059)	(6.505)	40	1.886	(5.638)
Transferências	12.181	(12.181)	11.577	(11.577)	-
Amortizações	(14.680)	-	(31.122)	-	(45.802)
Em 31 de março de 2007	35.219	154.411	50.278	620.325	860.233

a) Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

Empréstimo para a Usina Hidrelétrica de Segredo e Derivação do Rio Jordão, liberado a partir de 15.01.1991, totalizando US\$ 135.000. O principal, cujo pagamento da primeira parcela ocorreu em 15.01.1997, e os juros são amortizados semestralmente até 2011. Os juros são calculados de acordo com a taxa de captação do BID, a qual, para o primeiro trimestre de 2007, foi de 4,14% a.a. O contrato tem as seguintes cláusulas, prevendo rescisão nas seguintes hipóteses:

- 1) Inadimplemento, por parte do mutuário de qualquer outra obrigação estipulada no contrato ou contratos subscritos com o banco para financiamento para o projeto;
- 2) A retirada ou suspensão, como membro do Banco, da República Federativa do Brasil;
- 3) Inadimplemento, por parte do fiador, se houver, de qualquer obrigação estipulada no contrato de garantia;
- 4) Quando a relação entre o seu ativo circulante e o total dos seus financiamentos comerciais e bancários de curto prazo, excluídas a parte corrente da dívida a longo prazo e os dividendos a serem reinvestidos, seja igual ou superior a 1,2; e
- 5) Quando a relação entre sua dívida de longo prazo e o seu patrimônio não exceder a 0,9.

A Companhia atendeu plenamente as condições definidas contratualmente.



b) Secretaria do Tesouro Nacional - STN

A reestruturação da dívida de médio e longo prazos, assinada em 20.05.1998, referente aos financiamentos sob amparo da Lei nº 4.131/62, está demonstrada no quadro a seguir:

Tipo de bônus	Prazo (anos)	Vencimento final	Carência (anos)	Consolidado	
				31.03.2007	31.12.2006
Par Bond	30	15.04.2024	30	33.239	34.137
Capitalization Bond	20	15.04.2014	10	21.385	21.858
Debt Conversion Bond	18	15.04.2012	10	17.434	17.886
Discount Bond	30	15.04.2024	30	23.222	23.829
EI Bond - Bônus de Juros	12	15.04.2006	3	-	-
New Money Bonds	15	15.04.2009	7	2.090	2.144
Flirb	15	15.04.2009	9	2.121	2.176
				99.491	102.030

As taxas de juros praticadas e as amortizações são as seguintes:

Tipo de bônus	Taxas de juros anuais (%)	Amortizações
Par Bond	6,0	única
Capitalization Bond	8,0	semestral
Debt Conversion Bond	Libor semestral + 0,8750	semestral
Discount Bond	Libor semestral + 0,8125	única
EI Bond - Bônus de Juros	Libor semestral + 0,8125	semestral
New Money Bonds	Libor semestral + 0,8750	semestral
Flirb	Libor semestral + 0,8125	semestral

Em garantia a esse contrato, a Companhia cedeu e transferiu à União, condicionado ao inadimplemento de qualquer parcela do financiamento, os créditos que forem feitos à sua conta corrente bancária centralizadora da arrecadação das suas receitas próprias, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Nos bônus *Discount Bond* e *Par Bond* existem garantias depositadas, nos valores de R\$ 9.743 e R\$ 13.878 (R\$ 10.159 e R\$ 14.471, em 31.12.2006), respectivamente, contabilizadas na conta cauções e depósitos vinculados, no ativo não circulante (NE nº 12).

c) Banco do Brasil S.A.

A Companhia possui os seguintes contratos:

- 1) Contratos com recursos em iene, para a subestação isolada a gás de Salto Caxias, amortizáveis em 20 parcelas semestrais, a partir de 07.03.2000, com juros de 2,8% a.a. e comissão de repasse de 3,8% a.a. A garantia é vinculada à receita própria;
- 2) Contrato particular de cessão de crédito com a União, através do Banco do Brasil S.A., assinado em 30.03.1994, amortizável em 240 parcelas mensais pelo sistema *price*, a partir de 1º.04.1994, com atualização mensal pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM e taxa de juros de 5,098% a.a.; e



- 3) Nota de crédito comercial nº 330.600.129, no valor de R\$ 29.000, emitida em 31.01.2007, com vencimento único em 31.01.2014, sobre a qual incidirão encargos financeiros correspondentes a 106,5% da taxa média do CDI, vencíveis semestralmente em julho e fevereiro. Emissão de nota de crédito industrial nº 330.600.132, no valor de R\$ 231.000, emitida em 28.02.2007, com vencimento único em 28.02.2014, com encargos financeiros correspondentes a 106,2% da taxa média do CDI, vencíveis semestralmente em setembro e março. Como garantia foi dada autorização ao Banco do Brasil aplicar, na cobertura parcial ou total do saldo devedor apresentado na conta de abertura de crédito, quaisquer importâncias levadas, a qualquer título, a crédito da conta depósitos. Foi autorizado, também em caráter irrevogável e irretratável, independente de prévio aviso, proceder à compensação, prevista no artigo nº 368 do Código Civil Brasileiro, entre o crédito do Banco, correspondente ao saldo devedor apresentado na conta de abertura de crédito, e os créditos de qualquer natureza que a Companhia tenha ou venha a ter juntado ao Banco do Brasil.

d) Eletrobrás

Empréstimos originados de recursos do Fundo de Financiamento da Eletrobrás – Finel e da Reserva Global de Reversão - RGR, para expansão dos sistemas de geração, transmissão e distribuição. A amortização dos contratos vincendos iniciou em fevereiro de 1999, e o último pagamento está previsto para agosto de 2021. Os juros, de 5,5% a 6,5% a.a., e o principal são amortizados mensalmente, atualizados pelo índice do Finel e da Unidade Fiscal de Referência – Ufir. A Copel recebeu, para aplicação no Programa Luz para Todos, a primeira parcela no valor de R\$ 12.744 referente o contrato ECFS-142/2006, assinado em 11.05.2006 no valor total de R\$ 42.480. Os recursos são provenientes da RGR, possuindo carência de 24 meses e amortização em 120 parcelas mensais com vencimento final em 30.09.2020.

A garantia é representada pela receita própria.

e) Eletrobrás - Elejor

O saldo apresentado refere-se à correção e juros das ações preferenciais da Elejor detidas pela Eletrobrás, as quais deverão ser readquiridas pela emissora, conforme cláusulas contratuais (NE nº 47).

f) BNDES - Compagas

O saldo do BNDES é composto por quatro contratos da Compagas assinados em 14.12.2001, amortizáveis em 99 parcelas mensais, com juros de 4% a.a., sendo dois para aquisição de máquinas e equipamentos, indexados pela TJLP (limitada a 6% a.a.) e dois para obras, instalações e serviços, indexados pela Unidade Monetária do BNDES - UMBND.



20 Debêntures

A composição de debêntures consolidada é a seguinte:

	Passivo circulante		Passivo não circulante		Total Consolidado
	Principal	Encargos	Principal	31.03.2007	31.12.2006
Companhia (a)	133.320	12.244	733.360	878.924	1.051.755
Copel Distribuição (b)	-	-	-	-	637.329
Elejor (c)	-	6.406	265.403	271.809	278.501
	133.320	18.650	998.763	1.150.733	1.967.585

Vencimento das parcelas de longo prazo:

	Consolidado	
	31.03.2007	31.12.2006
2008	-	133.340
2009	155.817	155.667
2010	41.512	41.103
2011	645.368	644.880
2012	45.368	44.880
2013	45.368	44.880
2014	42.374	41.903
2015	19.871	19.554
2016	3.085	3.023
	998.763	1.129.230

A mutação das debêntures é a seguinte:

Saldos	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total Consolidado
Em 31 de dezembro de 2005	115.703	1.226.525	1.342.228
Encargos	48.350	-	48.350
Varição monetária	(1.028)	4.252	3.224
Transferências	700.525	(700.525)	-
Amortizações	(140.507)	-	(140.507)
Em 31 de março de 2006	723.043	530.252	1.253.295
Ingressos	-	600.000	600.000
Encargos	142.024	-	142.024
Varição monetária	14.464	18.540	33.004
Transferências	19.562	(19.562)	-
Amortizações	(60.738)	-	(60.738)
Em 31 de dezembro de 2006	838.355	1.129.230	1.967.585
Encargos	48.107	-	48.107
Varição monetária	1.902	4.736	6.638
Transferências	135.203	(135.203)	-
Amortizações	(871.597)	-	(871.597)
Em 31 de março de 2007	151.970	998.763	1.150.733

**a) Debêntures - Companhia****1) 4ª Emissão de Debêntures**

A emissão em série única de 60 mil debêntures constituiu a quarta emissão simples realizada pela Companhia, em 1º.09.2006, no valor de R\$ 600.000, concluída em 06.10.2006, com subscrição integral no valor total de R\$ 607.899, com prazo de vigência de cinco anos a contar da data de emissão e vencimento final, em série única, em 1º.09.2011. A espécie das debêntures é simples, não conversíveis em ações, escriturais, nominativas e sem garantia.

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 104% da taxa Depósitos Interfinanceiros de um dia – DI over, extragrupo, expressa na forma de percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - Cetip (à taxa DI), calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos. A remuneração correspondente ao período de capitalização será devida e paga semestralmente, sendo o primeiro vencimento em 1º.03.2007 e o último em 1º.09.2011. Não haverá repactuação das debêntures.

Os recursos captados com a distribuição pública das debêntures foram destinados à liquidação financeira de 1/3 do valor principal das debêntures da 3ª emissão da emissora, ocorrida no vencimento, em 1º.02.2007, e na quitação do principal das debêntures da 2ª emissão da emissora, ocorrida no vencimento, em 1º.03.2007.

2) 3ª Emissão de Debêntures

A emissão em série única de 40 mil debêntures constitui a 3ª emissão de debêntures simples, concluída em 09.05.2005, com subscrição integral no valor total de R\$ 400.000, com prazo de vigência de quatro anos e vencimento final em 2009, sendo a primeira amortização, de 1/3, em 1º.02.2007, a segunda, de 1/3, em 1º.02.2008 e a terceira, de 1/3, em 1º.02.2009.

A espécie das debêntures é simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas e com garantia real. Os recursos foram destinados ao pagamento de títulos emitidos no mercado internacional (euronotas) pela emissora, em 02.05.1997, cujo vencimento ocorreu em 02.05.2005, no valor de US\$ 150.000.

A garantia dada é a movimentação da conta corrente da Copel Geração junto ao Banco do Brasil S.A., na qual serão depositados todos e quaisquer recursos recebidos ou creditados pela Copel Geração por força dos contratos de comercialização de energia, atuais e futuros.



A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, deduzidas as amortizações realizadas e pagas anteriormente, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 115% da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DIs, extragrupo, expressa na forma de percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - Cetip (à taxa DI), calculada de forma exponencial e cumulativa *pro-rata temporis* por dias úteis decorridos. A remuneração correspondente aos períodos de capitalização será devida e paga semestralmente, sendo o primeiro vencimento em 1º.08.2005 e o último em 1º.02.2009. Não haverá repactuação das debêntures.

As escrituras das debêntures citadas contêm cláusulas de vencimento antecipado nas seguintes hipóteses:

- 1) Decretação de falência da emissora ou de qualquer controlada, direta ou indireta, da emissora ou pedido de concordata preventiva ou falência formulado pela emissora ou por qualquer controlada, direta ou indireta, da emissora (ou qualquer procedimento judicial análogo que substitua ou complemente a atual legislação sobre falências e concordatas, inclusive recuperação judicial e extrajudicial);
- 2) Não-pagamento de qual(is)quer valor(es) devido(s) aos debenturistas nas datas previstas;
- 3) Decretação de intervenção na concessão ou extinção da concessão para a exploração dos serviços de distribuição, transmissão ou geração de energia pela emissora ou pelas controladas da emissora;
- 4) Sem prejuízo do item (2) acima, o descumprimento pela emissora ou pela Copel Geração de qualquer obrigação não financeira estipulada ou a inveracidade de qualquer declaração prestada na emissão ou no contrato de penhor, não remediado no prazo de dez dias úteis contados da data de inadimplência ou da constatação da inveracidade, sendo que esse prazo de dez dias úteis não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- 5) Protesto(s) legítimo(s) de título(s) contra a emissora ou qualquer controlada, direta ou indireta, da emissora cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$ 25.000, valor esse que deverá ser reajustado anualmente pela variação do IGPM, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela emissora ou pela controlada, direta ou indireta, da emissora, conforme o caso, ou se vier a ser cancelado o prazo de trinta dias contados de sua ocorrência;



- 6) Decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a emissora ou qualquer controlada, direta ou indireta, da emissora, por valor agregado que ultrapasse R\$ 40.000, valor esse que deverá ser reajustado anualmente pela variação do IGPM, desde que a emissora ou qualquer controlada, direta ou indireta, da emissora, não comprove o pagamento, ao agente fiduciário, no prazo de dez dias úteis a partir do pagamento, do valor agregado, nos prazos e termos estabelecidos em referida decisão judicial transitada em julgado ou decisão arbitral definitiva;
- 7) Vencimento antecipado de qualquer dívida da emissora ou de qualquer controlada, direta ou indireta, da emissora, em montante unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 25.000, valor esse que deverá ser reajustado anualmente pela variação do IGPM;
- 8) Falta de pagamento pela emissora ou qualquer controlada, direta ou indireta, da emissora de quaisquer dívidas financeiras em valor agregado igual ou superior a R\$ 25.000, valor esse que deverá ser reajustado anualmente pela variação do IGPM;
- 9) Falta de cumprimento por parte da emissora ou qualquer controlada, direta ou indireta, da emissora, durante a vigência da emissão de debêntures, das leis, normas e regulamentos, inclusive ambientais, que afetem ou possam afetar a capacidade da emissora de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações previstas na escritura de emissão; e
- 10) Qualquer alteração do objeto social previsto no estatuto social da emissora que altere a atividade social preponderante.

Em relação à observância de metas de índices financeiros, temos:

3ª Emissão de Debêntures

Ebitda Consolidado/Despesas Financeiras Consolidadas igual ou superior a 1,8, até 30.06.06, e igual ou superior a 2,0, após 30.06.06;

Dívida Consolidada/Ebitda Consolidado de, no máximo 4,0; e

Dívida Consolidada/(Dívida Consolidada + Patrimônio Líquido) de, no máximo 0,42.

4.ª Emissão de Debêntures

Ebitda Consolidado/Despesas Financeiras Consolidadas igual ou superior a 2,0;

Dívida Líquida Consolidada/Ebitda Consolidado de, no máximo 4,0; e

Dívida Líquida Consolidada/(Dívida Líquida Consolidada + Patrimônio Líquido + Participações minoritárias) de, no máximo 0,42.



As escrituras das emissões de debêntures apresentam a seguinte definição de Ebitda Consolidado: em relação aos 12 meses anteriores à data de apuração do índice, o somatório (1) do resultado antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações; (2) das despesas de depreciação e amortização ocorridas no período; (3) das despesas financeiras consolidadas deduzidas das receitas financeiras; e (4) das despesas não operacionais deduzidas das receitas não operacionais, excluindo-se os valores não desembolsados referentes a UEG Araucária, até junho de 2007.

b) Debêntures – Copel Distribuição

Emissão de debêntures simples, concluída em 09.05.2002, com subscrição integral no valor total de R\$ 500.000, dividida em três séries (R\$ 100.000, R\$ 100.000 e R\$ 300.000, respectivamente), com prazo de vigência de cinco anos, vencidas e liquidadas em 1º.03.2007.

c) Debêntures – Elejor

O contrato da primeira emissão de debêntures da Elejor foi realizado com a BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, com interveniência da Copel Participações, denominada “Acionista Garantidora” com a Copel.

Os recursos captados apresentam as seguintes finalidades:

- 1) Investimentos no Complexo Energético Fundão-Santa Clara, no rio Jordão, no Estado do Paraná;
- 2) Investimentos em duas pequenas centrais hidrelétricas, PCH Santa Clara I e PCH Fundão;
- 3) Pagamento de 50% dos valores aportados entre 1º.07.2004 e 30.09.2004, conforme contrato de mútuo celebrado em 07.04.2004 com a Acionista Garantidora;
- 4) Pagamento integral dos aportes de recursos realizados pela Acionista Garantidora no período de 1º.10.2004 até a data da primeira integralização das debêntures;
- 5) Pagamento de despesas operacionais inerentes à atividade social da emissora, inclusive aquisição de energia elétrica para suprimento de compromisso de fornecimento; e
- 6) Financiamento dos programas socioambientais relacionados à realização dos investimentos no Complexo Energético Fundão-Santa Clara.

Foram emitidas 1.000 debêntures, sob forma escritural e sem emissão de cautelas ou certificados. A emissão foi em duas séries, a primeira de 660 e a segunda de 340. As duas séries foram nominativas, conversíveis em ações ordinárias e preferenciais da classe “C”, a critério dos debenturistas.

O valor total da emissão foi de R\$ 255.626. As debêntures tiveram valor nominal unitário de R\$ 256 na data da emissão, 15.02.2005. As debêntures terão seu valor nominal atualizado segundo a variação da TJLP.



A primeira série tem vencimento final em 15.02.2015. O período de carência do principal é de 48 meses contados da emissão, a partir do qual a amortização dar-se-á em 24 parcelas trimestrais na forma da escritura. A primeira amortização ocorrerá em 15.05.2009.

A segunda série tem vencimento final em 15.02.2016. O período de carência do principal é de 60 meses, a partir do qual a amortização dar-se-á em 24 parcelas trimestrais, na forma da escritura. A primeira amortização ocorrerá em 15.05.2010.

Os juros da primeira e segunda séries serão remunerados segundo a variação da TJLP, acrescido de um *spread* de 4% a.a., incidente sobre o saldo devedor das séries. Os juros da primeira série serão pagos anualmente, nos primeiros doze meses, contados da data da emissão, e trimestralmente durante todo o restante do prazo, sendo o primeiro vencimento em 15.02.2006 e o último em 15.02.2015. Os juros da segunda série serão pagos anualmente nos primeiros 24 meses contados a partir da data de emissão, e trimestralmente durante todo o restante do prazo, sendo o primeiro em 15.05.2007 e o último em 15.02.2016.

O contrato apresenta as seguintes garantias:

- 1) Fidejussória (carta de fiança) emitida pela Copel Participações, a qual se obriga como fiadora e principal pagadora perante os debenturistas;
- 2) Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão: nos termos dos instrumentos particulares de vinculação de receitas e outras avenças celebrados entre a emissora, o agente fiduciário e o banco depositário, constituiu-se penhor, em caráter irrevogável e irretroatável, com a devida autorização da Aneel; e
- 3) Vinculação de receitas e reserva de meios de pagamentos: por instrumento celebrado entre a emissora, o agente fiduciário e o banco depositário, constituirá-se conta centralizadora e conta reserva, com vigência até a final liquidação de todas as obrigações deste contrato.

Em relação às cláusulas de rescisão de contrato, além das hipóteses previstas nos artigos 39 e 40 do regulamento do BNDES aplicáveis a seus contratos, e se a Assembléia Geral de debenturistas, pelo voto dos que detenham 50% + 1 (cinquenta por cento mais uma) das debêntures em circulação assim deliberar, o agente fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as debêntures objeto da emissão e exigir o pagamento, pela emissora, da dívida relativa ao saldo devedor das debêntures, acrescido de juros e demais encargos, na ocorrência dos seguintes eventos:

- 1) Protesto de títulos contra a emissora no valor igual ou superior a R\$ 5.000, do qual resulte riscos à solvabilidade da Elejor, sendo tal valor corrigido anualmente pelo IGPM, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;
- 2) Pedido de concordata preventiva formulada pela emissora;
- 3) Liquidação ou decretação de falência da emissora;



- 4) Vencimento antecipado de qualquer dívida da emissora em razão de inadimplemento contratual, cujo montante seja igual ou superior a R\$ 5.000 corrigidos anualmente pelo IGPM;
- 5) A inclusão, em acordo societário ou estatuto da emissora, com exceção dos acordos já existentes e devidamente registrados em livro, de dispositivo pelo qual seja exigido quorum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle da Companhia pelos controladores, ou ainda, inclusão naqueles documentos, de dispositivos que importe em: i) restrições à capacidade de crescimento da Elejor ou desenvolvimento tecnológico; ii) restrições a novos mercados; e iii) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras desta operação;
- 6) As declarações realizadas na escritura, pela emissora, sejam falsas ou enganosas, ou ainda, de forma relevante, incorretas ou incompletas; e
- 7) Ocorrência de qualquer incorporação, fusão, cisão, transformação ou qualquer outra reorganização societária, ou de ativos relevantes, bem como, qualquer redução do capital, ou criação de ações resgatáveis pelas emissoras sem prévia autorização pela BNDESPAR.

21 Fornecedores

	31.03.2007	Consolidado 31.12.2006
Encargos de uso da rede elétrica		
Uso da rede básica	47.385	45.383
Transporte de energia	2.884	2.728
Uso da conexão	213	213
	50.482	48.324
Suprimento de energia elétrica		
Eletrobrás (Itaipu)	68.230	71.874
Cia. de Interconexão Energética - Cien (c)	12.006	63.000
Cia. de Interconexão Energética - Cien - NC (c)	-	62.862
Furnas Centrais Elétricas S.A.	31.252	28.730
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	28.693	16.721
Companhia Energética de São Paulo - Cesp	10.609	9.588
Concessionários - CCEE (NE nº 44)	10.627	1.248
Itiquira Energética S.A.	8.903	7.386
Dona Francisca Energética S.A.	4.318	4.413
Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A. (a)	2.944	2.829
Administracion Nac. de Electr. - Ande (Paraguai)	1.120	1.341
Outros concessionários	32.422	24.173
	211.124	294.165
Materiais e serviços		
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras - aquisição de gás pela Compagas	21.512	37.871
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras - repactuação - NC (b)	175.351	170.183
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras - aquisição de gás pela Compagas - NC	268	268
Outros fornecedores	79.948	74.721
Outros fornecedores - NC	899	899
	277.978	283.942
	539.584	626.431
Circulante	363.066	392.219
Não circulante - NC	176.518	234.212



a) Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A.

As empresas Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A. requereram a instauração de procedimentos arbitrais perante a Câmara de Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas, sob os nºs 001 e 002/2004, por meio dos quais pleiteavam o pagamento dos valores das parcelas vencidas, bem como a multa rescisória, relativamente aos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Copel Distribuição. Os procedimentos arbitrais foram julgados procedentes, de forma que a Copel Distribuição foi condenada ao pagamento dos valores pleiteados, acrescidos de honorários advocatícios.

Ressalte-se que os contratos objeto dos procedimentos arbitrais estão sendo questionados em ação popular, na qual a nulidade destes é pleiteada (CVCEE/COPEL-DIS/DCOD/CPR nº 16/2002, Rio Pedrinho e CVCEE/COPEL-DIS/DCOD/CPR nº 17/2002, Salto Natal), sob o argumento de que estes seriam lesivos ao patrimônio da Companhia.

Também está em trâmite ação declaratória de nulidade da cláusula arbitral desses contratos interposta pela Companhia, atualmente sob nº 380/2005, perante a 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas da Comarca de Curitiba.

Em virtude das restrições impostas à Copel pela suposta inadimplência desses contratos, a Companhia interpôs e obteve êxito na Medida Cautelar nº 1.392/2004, cuja decisão foi confirmada por maioria pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para não permitir qualquer tipo de constrangimento à Copel, considerando que o contrato está *sub judice* em virtude da ação declaratória e da ação popular mencionadas.

A Copel também ingressou com ação ordinária, distribuída para a 2ª Vara da Fazenda Pública (autos nº 950/2005), pela qual pleiteia a declaração de nulidade dos contratos e das sentenças arbitrais, tendo os réus sido citados em 30.09.2005.

As empresas Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A. ofereceram contestação, tendo sido o processo encaminhado ao Ministério Público para manifestação, o qual não emitiu qualquer pronunciamento até o encerramento destas demonstrações contábeis.

Essas empresas ingressaram com execução de título judicial, contra a Copel Distribuição, executando as sentenças arbitrais.

A Copel Distribuição foi citada e apresentou bens a penhora. Como as empresas não aceitaram a indicação dos bens, a Copel opôs exceção de pré-executividade, a qual foi julgada improcedente no caso da Execução promovida pela empresa Rio Pedrinho S.A. Da decisão de improcedência, a Copel opôs recurso de Agravo de Instrumento perante o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e obteve uma decisão liminar suspendendo a execução em curso.

Na execução promovida pela empresa Consórcio Salto Natal, a Juíza ainda não decidiu a exceção de pré-executividade.



Caso a Copel seja intimida das penhoras, irá interpor embargos à execução, pretendendo, através de tal medida, colocar em discussão a validade das sentenças arbitrais que já está sendo objeto de discussão na ação declaratória em curso (autos nº 950/2005), para a qual a Companhia efetuou conservadoramente provisão complementar de R\$ 41.677, conforme mencionado na NE nº 27.

b) Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras

Em 07.03.2006, por meio de fato relevante divulgado ao mercado, a Copel informou que, no dia anterior, havia assinado, com a Petrobras, acordo visando equacionar as pendências referentes ao contrato de gás para a Usina Termelétrica de Araucária, cujas bases haviam sido previamente comunicadas ao mercado em fato relevante de 24.02.2006. O acordo consistiu na assinatura de Contrato de Transação Extrajudicial pelo qual a Copel Geração, tendo como devedora solidária a Copel, confessou dívida de R\$ 150.000 para com a Petrobras, esta na qualidade de cessionária dos créditos da Compagas junto à Copel Geração, a ser paga em 60 parcelas mensais, a partir de janeiro de 2010, sendo os valores corrigidos pela taxa Selic.

Em 30.05.2006, a Copel Geração assinou Termo de Ratificação de Quitação Mútua com a Compagas, no qual as partes dão-se plena, geral, rasa, irrevogável e irretratável quitação mútua de todas as obrigações e direitos decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural que celebraram entre si em 30.05.2000, rescindido em 31.05.2005, nada mais tendo a reclamar uma contra a outra, a qualquer título, a partir da assinatura do Contrato de Transação Extrajudicial com Confissão de Dívida que ajustaram juntamente com a Petrobras, com a participação da Copel, remanescendo a dívida ali confessada pela Copel Geração.

c) Cia de Interconexão Energética - Cien

A Copel e a Cia Interconexão Energética - Cien firmaram os Termos Aditivos nº 03 aos Contratos de Suprimento, o que reduziu, para 2007, o montante contratado de 400 MW médios para 175 MW médios, e antecipou a data de encerramento do referido contrato para dezembro de 2007. Em decorrência, a Cien deu quitação a Copel, de obrigações assumidas nos acordos anteriores, no montante de R\$ 100.863, restando um saldo a pagar a Cien no valor de R\$ 25.000, o qual foi liquidado neste trimestre.



22 Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas

		Consolidado
	31.03.2007	31.12.2006
Folha de pagamento		
Participação nos lucros e/ou resultados de 2006	52.028	52.028
Impostos e contribuições sociais	16.308	16.408
Folha de pagamento, líquida	65	426
Consignações a favor de terceiros	18	2
	68.419	68.864
Provisões trabalhistas		
Férias e 13º salário	46.473	49.394
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	15.691	15.960
	62.164	65.354
	130.583	134.218

23 Benefício Pós-emprego

As subsidiárias da Companhia mantêm planos de complementação de aposentadoria e pensão (Plano Previdenciário) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial) para seus empregados e dependentes legais ativos e pós-emprego.

a) Plano previdenciário

A Copel, até 1997, trabalhava com Plano previdenciário básico e complementar, que se caracteriza por benefício definido, sendo que as contribuições eram efetuadas pelo patrocinador e beneficiários, e caso apresentasse déficit, eram assumidos por ambos.

Estes planos são exclusivos para os inativos (aposentados e pensionistas), e desta forma os mesmos, denominados Plano Previdenciário Básico e Complementar estão totalmente cobertos por ativos na Fundação Copel, tendo gerado superávit nos últimos dois exercícios, após considerar-se o corredor previsto na Deliberação CVM nº 371/2000.

O atual Plano Previdenciário aos empregados ativos é oriundo de um plano de “benefícios definidos”, que foi transformado em plano de “contribuição definida” em 1998, denominado “Plano Previdenciário III”.

Naquela data, o direito proporcional adquirido pelos participantes, em função da mudança de plano, gerou dívida que foi assumida e registrada nas demonstrações contábeis da Copel, como patrocinadora única do plano, para ser amortizada em 240 parcelas mensais, vencíveis a partir de 1º.02.1999, atualizada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor -INPC e juros de 6% a.a.



Com a criação das subsidiárias integrais em 1º.07.2001, o saldo daquela dívida, atualizado até então, foi transferido às subsidiárias, segregado individualmente com base nos respectivos quadros de empregados existentes na data-base de cálculo da obrigação, ou seja, em 31.12.1997, financiado em 210 prestações mensais, indexadas pelo INPC e juros de 6% a.a., com vencimento a partir de 1º.08.2001. Como garantia desses contratos, as patrocinadoras autorizaram a Fundação Copel a bloquear saldos em contas correntes bancárias de propriedade delas.

Em razão da celebração desses novos contratos individuais, o contrato firmado entre a Fundação e a Companhia, patrocinadora instituidora, foi rescindido, dando-se às partes a mais ampla quitação quanto aos direitos e obrigações oriundos daquele contrato, ficando, entretanto, a Companhia como garantidora solidária em caso de qualquer déficit decorrente da concessão de benefícios.

b) Plano assistencial

Até agosto de 2001, a concessão de assistência médica aos empregados e seus dependentes era feita diretamente pela Companhia, com administração da Fundação Copel. A partir daquela data, a Companhia e suas subsidiárias implementaram plano de saúde aos seus empregados e dependentes, denominado “Plano Pró-Saúde”, que é custeado por contribuições mensais de ambas as partes, patrocinadoras e empregados, calculadas de acordo com critérios atuariais e normas vigentes, aplicáveis a esse tipo de plano assistencial.

c) Deliberação CVM nº 371/2000 - Contabilização de Benefícios a Empregados

Como a obrigação previdenciária relativa ao direito proporcional dos empregados, face à mudança de plano citada anteriormente, já havia sido reconhecida contabilmente desde 1998 para atender a Deliberação CVM nº 371/2000, em 2001 a Companhia e suas subsidiárias ajustaram o saldo dessa obrigação, no montante de R\$ 72.857, avaliado na ocasião pelo seu valor histórico, atualizado segundo as condições contratuais e deduzido das amortizações mensais realizadas até então.

No caso do Plano Assistencial, as subsidiárias da Companhia optaram pelo reconhecimento antecipado da obrigação do plano de saúde, em 1º.07.2001, calculada segundo os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 371/2000, líquida dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, no montante de R\$ 159.949, diretamente contra o patrimônio líquido.

Para viabilizar a implementação e dar garantias financeiras ao novo plano Pró-Saúde, as subsidiárias integrais da Companhia aportaram fundos, em montante calculado por atuário especialmente contratado pela Fundação Copel, que foram registrados contra a obrigação reconhecida em 1º.07.2001.



A Copel possui programa de desligamento voluntário com vigência até 30.04.2008, para empregados que já possuem o benefício de aposentadoria concedido pelo INSS, ou que venham a adquiri-lo até 29.02.2008. O desligamento, a critério da Copel, tem prazo final limitado a 15.04.2008.

A extinção do contrato de trabalho será caracterizada como "a pedido", modalidade de rescisão em que não é devida a multa contratual.

Os valores consolidados reconhecidos no Balanço Patrimonial em 31.03.2007, na conta de Benefícios Pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	Plano previdenciário	Plano assistencial	31.03.2007	Total Consolidado 31.12.2006
Dívida previdenciária - Plano III	282.768	342.061	624.829	625.575
Cálculo atuarial - Compagas	1.193	-	1.193	1.193
Contribuição previdência privada	5.390	-	5.390	2.626
	289.351	342.061	631.412	629.394
		Circulante	78.310	133.635
		Não circulante	553.102	495.759

24 Encargos do Consumidor a Recolher

	31.03.2007	Consolidado 31.12.2006
Conta de consumo de combustível - CCC	14.239	33.141
Conta de desenvolvimento energético - CDE	14.678	13.258
Reserva global de reversão - RGR	5.392	5.306
	34.309	51.705

25 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

	31.03.2007	Consolidado 31.12.2006
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	98.625	111.520
Programa de eficiência energética - PEE	66.570	62.796
	165.195	174.316

A Resolução Normativa Aneel nº 176, de 28.11.2005, estabeleceu critérios para aplicação de recursos em Programa de Eficiência Energética – PEE pelas concessionárias ou permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, de acordo com o regulamento estabelecido por aquela agência reguladora. Na mesma resolução, foi aprovado o Manual do Programa de Eficiência Energética.



Esse manual define regras para a contabilização dos custos do PEE, estabelecendo como competência, para efeito do registro contábil do passivo e resultado, o mesmo mês de faturamento da receita cobrada dos consumidores de energia. O manual também prevê que sobre o saldo do passivo incidirão juros a partir do mês subsequente ao faturamento, até o mês da efetiva aplicação dos recursos, calculados com base na taxa Selic.

A Resolução Normativa Aneel nº 219, de 11.04.2006, aprovou o Manual dos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica, bem como a forma de cálculo da Receita Operacional Líquida – ROL para 2006. Em outubro de 2006, através da Resolução Normativa Aneel nº 233, de 24.10.2006, foram estabelecidos critérios e procedimentos para cálculo, aplicação e recolhimento, pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas, dos recursos a serem destinados aos projetos de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento, bem como ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e ao Ministério de Minas e Energia – MME, previstos na Lei nº 9.991/00.

Em 28.03.2007, foi publicada a Lei nº 11.465, que altera os percentuais de aplicação sobre a receita operacional líquida de recursos em Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética - PEE.

Diante do exposto, os saldos em provisões de P&D e PEE são compostos da seguinte forma:

	Consolidado	Provisão	Selic	Baixas	Consolidado
	31.12.2006				31.03.2007
Pesquisa e desenvolvimento - P&D					
FNDCT	22.058	4.490	-	(4.757)	21.791
MME	29.581	2.245	3	(20.916)	10.913
P&D	59.881	4.490	1.550	-	65.921
	111.520	11.225	1.553	(25.673)	98.625
Programa de eficiência energética - PEE	62.796	2.294	1.480	-	66.570
	174.316	13.519	3.033	(25.673)	165.195

Os valores provisionados em P&D e PEE referem-se a recursos a serem aplicados em projetos, nos quais existem valores já em andamento e valores a serem aplicados, que dependem de homologação da agência reguladora Aneel.

Com relação aos valores a serem recolhidos ao Ministério de Minas e Energia – MME, a Aneel, através da Resolução Normativa nº 233, de 24.10.2006, regulamentou a forma de pagamento em quota única, com vencimento para 1º.03.2007, referente aos exercícios de 2003 a 2005 e para os exercícios seguintes os pagamentos serão efetuados em duodécimos.

Os valores devidos ao FNDCT referem-se às parcelas restantes do exercício de 2005 e a todo o exercício de 2006, a ser pago em duodécimos a partir de abril de 2007.



Em 2006, a fim de atender ao estabelecido pela Aneel, a Companhia revisou os cálculos dos montantes de recursos a serem aplicados para os programas de PEE e para os Programas de P&D, relativos aos exercícios de 2001 a 2005, complementando o ajuste de exercícios anteriores registrados em dezembro de 2005, conforme demonstrado a seguir:

	PEE	P&D	Total Consolidado	
			2006	2005
Ajustes em lucros acumulados				
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética (passivo circulante)	18.877	46.906	65.783	43.206
Impostos diferidos ativos	(6.418)	(15.948)	(22.366)	(14.690)
	12.459	30.958	43.417	28.516

26 Outras Contas a Pagar

	Consolidado	
	31.03.2007	31.12.2006
Passivo circulante		
Encargo da concessão - outorga Aneel	29.536	29.489
Taxa de iluminação pública arrecadada	19.723	16.796
Compensação financeira - recursos hídricos	10.255	7.073
Indenização Comunidade Indígena Apucarantina	2.240	2.240
Adiantamentos recebidos de clientes	1.604	1.479
Cauções em garantia	1.521	1.459
Consumidores - outros	1.388	1.527
Taxa de fiscalização - Aneel	1.326	1.324
Outras obrigações	4.557	6.379
	72.150	67.766
Passivo não circulante		
Indenização Comunidade Indígena Apucarantina	8.960	8.960
	8.960	8.960

27 Provisões para Contingências

A Companhia responde por diversos processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível, perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores legais, mantém provisão para contingências sobre as causas cuja probabilidade de perda é considerada provável.



Os saldos consolidados das provisões para contingências, líquidos dos depósitos judiciais, são os seguintes:

Consolidado	Contingências	Depósitos judiciais	Provisão líquida	Provisão líquida
			31.03.2007	31.12.2006
Trabalhistas	86.881	(15.388)	71.493	77.321
Regulatórias	2.102	-	2.102	2.083
Cíveis:				
Fornecedores (NE nº 21.a)	49.307	(7.630)	41.677	49.074
Servidões de passagem	15.289	-	15.289	15.011
Cíveis e direito administrativo	12.723	(368)	12.355	12.346
Consumidores	11.049	(500)	10.549	11.033
Desapropriações	9.406	-	9.406	9.119
Ambientais	158	-	158	156
	97.932	(8.498)	89.434	96.739
Fiscais:				
Tributárias	63.451	(9.767)	53.684	46.112
Pasep	14.650	(14.432)	218	218
	78.101	(24.199)	53.902	46.330
	265.016	(48.085)	216.931	222.473

A mutação das provisões consolidada é a seguinte:

Consolidado	Saldo Provisão	Constituições	Baixas / reversões	Quitações	Saldo Provisão
	31.12.2006				31.03.2007
Trabalhistas	88.027	8.690	(1.259)	(8.577)	86.881
Regulatórias	2.083	19	-	-	2.102
Cíveis:					
Fornecedores	49.074	233	-	-	49.307
Servidões de passagem	15.011	278	-	-	15.289
Cíveis e direito administrativo	12.731	529	(404)	(133)	12.723
Consumidores	11.065	-	(16)	-	11.049
Desapropriações	9.119	287	-	-	9.406
Ambientais	156	2	-	-	158
	97.156	1.329	(420)	(133)	97.932
Fiscais:					
Tributárias	55.879	7.572	-	-	63.451
Pasep	14.562	88	-	-	14.650
	70.441	7.660	-	-	78.101
	257.707	17.698	(1.679)	(8.710)	265.016

Em atendimento a Deliberação CVM nº 489, de 03.10.2005, o montante de causas classificadas como de perda possível, estimadas pela Companhia em 31.03.2007, totalizou R\$ 1.166.156, distribuídas em ações de natureza trabalhistas em R\$ 58.712, regulatórias R\$ 739.033, cíveis R\$ 153.182 e tributárias R\$ 215.229. Quanto à ação de natureza regulatória, referente ao Despacho Aneel nº 288/2002, convém salientar serem boas as chances de êxito da demanda judicial através da qual a Companhia visa eximir-se do encargo, conforme opinião de seus assessores jurídicos e o consignado na NE nº 44 destas demonstrações, sob o título Câmara de Comercialização de Energia – CCEE.



Os saldos da Companhia são os seguintes:

Companhia	Contingências	Depósitos judiciais	Provisão líquida	Provisão líquida
			31.03.2007	31.12.2006
Cíveis	15	-	15	15
Fiscais:				
Tributárias	41.376	(9.767)	31.609	24.049
Pasep	14.650	(14.432)	218	218
	56.026	(24.199)	31.827	24.267
	56.041	(24.199)	31.842	24.282

A mutação das provisões da Companhia é a seguinte:

Companhia	Saldo Provisão	Constituições	Saldo Provisão
	31.12.2006		31.03.2007
Cíveis	15	-	15
Fiscais:			
Tributárias	33.816	7.560	41.376
Pasep	14.562	88	14.650
	48.378	7.648	56.026
	48.393	7.648	56.041

Os detalhamentos das naturezas das ações respondidas pela Companhia em 31.03.2007, são consistentes com aqueles apresentados nas demonstrações contábeis de 31.12.2006.

28 Capital Social

O capital social integralizado, em 31.03.2007, monta a R\$ 3.875.000 e sua composição por ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Ordinárias		Preferenciais "A"		Preferenciais "B"		Total	
		%		%		%		%
Estado do Paraná	85.028.598	58,6	-	-	13.639	-	85.042.237	31,1
BNDESPAR	38.298.775	26,4	-	-	27.282.007	21,3	65.580.782	24,0
Eletrobrás	1.530.775	1,1	-	-	-	-	1.530.775	0,5
Custódias em bolsa (Brasil)	15.252.715	10,5	121.019	30,3	68.192.623	53,2	83.566.357	30,5
Custódias em bolsa (ADS's)	4.317.964	3,0	-	-	32.587.605	25,4	36.905.569	13,5
Prefeituras	184.295	0,1	14.715	3,7	-	-	199.010	0,1
Outros acionistas	417.959	0,3	263.513	66,0	149.174	0,1	830.646	0,3
	145.031.081	100,0	399.247	100,0	128.225.048	100,0	273.655.376	100,0

Nas Assembléias Gerais, cada ação ordinária dá direito a um voto.

As ações preferenciais classe "A" não possuem direito a voto, porém detêm prioridade no reembolso do capital e direito ao recebimento de dividendos de 10% a.a., não cumulativos, calculados sobre o capital representado pelas ações dessa classe.



As ações preferenciais classe “B” não possuem direito a voto, mas terão prioridade na distribuição de dividendos mínimos, calculados com base em 25% do lucro líquido ajustado, de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia. Os dividendos assegurados à classe “B” serão prioritários apenas em relação às ações ordinárias e somente serão pagos à conta dos lucros remanescentes, depois de pagos os dividendos prioritários das ações preferenciais classe “A”.

De acordo com o artigo 17 e seus parágrafos, da Lei nº 6.404/1976, os dividendos atribuídos às ações preferenciais são, no mínimo, 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

29 Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços

	Consolidado	
	31.03.2007	31.03.2006
Fornecimento de energia elétrica		
Residencial	475.979	495.912
Industrial	431.196	408.338
Comercial, serviços e outras atividades	315.244	304.707
Rural	66.754	68.713
Poder público	40.655	41.226
Iluminação pública	34.636	36.468
Serviço público	32.827	32.248
	1.397.291	1.387.612
Suprimento de energia elétrica		
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão)	174.087	153.984
Contratos bilaterais	112.501	113.126
Contratos com pequenas concessionárias	10.965	9.539
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	2.340	5.073
	299.893	281.722
Disponibilidade da rede elétrica		
Rede elétrica - tarifa de uso do sistema de distribuição - TUSD	42.753	33.512
Rede básica - tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST	38.956	35.667
Rede de conexão	46	45
	81.755	69.224
Receita de telecomunicações		
Serviço de comunicações de dados e de telecomunicações	15.106	13.873
	15.106	13.873
Distribuição de gás canalizado		
Venda de gás natural	57.589	49.952
	57.589	49.952
Outras receitas operacionais		
Arrendamentos e aluguéis	10.957	8.175
Renda da prestação de serviços	3.030	2.971
Serviço taxado	2.012	1.711
Outras receitas	193	385
	16.192	13.242
	1.867.826	1.815.625



30 Deduções da Receita Bruta

	Consolidado	
	31.03.2007	31.03.2006
Tributos sobre a receita		
ICMS	362.812	356.766
Cofins	104.804	105.305
Pasep	22.761	23.557
ISSQN	399	383
	490.776	486.011
Encargos do consumidor		
Conta de consumo de combustível - CCC	55.863	75.941
Conta de desenvolvimento energético - CDE	47.474	44.105
Reserva global de reversão - RGR	13.720	15.100
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE (a)	13.520	22.605
Encargos de capacidade emergencial	25	909
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfra	43	-
	130.645	158.660
	621.421	644.671

a) Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética – P&D e PEE

	Consolidado	
	31.03.2007	31.03.2006
Programa de pesquisa e desenvolvimento - P&D	4.490	6.155
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	4.490	7.016
Programa de eficiência energética - PEE	2.294	6.982
Ministério de Minas e Energia - MME	2.246	2.452
	13.520	22.605

31 Custos e Despesas Operacionais

A composição dos custos e despesas consolidada em 31.03.2007 é a seguinte:

Natureza dos custos e despesas	NE nº	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administ.	Outras despesas operac.	Total
						Consolidado
						31.03.2007
Energia elétrica comprada para revenda	32	(279.879)	-	-	-	(279.879)
Encargos de uso da rede elétrica	33	(130.676)	-	-	-	(130.676)
Pessoal e administradores	34	(96.391)	(434)	(33.230)	-	(130.055)
Planos previdenciário e assistencial	35	(14.747)	(58)	(7.908)	-	(22.713)
Material	36	(11.154)	(21)	(6.088)	-	(17.263)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	37	(3.258)	-	-	-	(3.258)
Gás natural e insumos para operação de gás	38	(27.508)	-	-	-	(27.508)
Serviços de terceiros	39	(32.107)	(5.179)	(11.972)	-	(49.258)
Depreciação e amortização	-	(98.891)	(5)	(5.564)	-	(104.460)
Recuperação de custos e despesas	40	8.077	1.850	131	11	10.069
Outros custos e despesas	41	(13.797)	29.652	(6.538)	(34.328)	(25.011)
		(700.331)	25.805	(71.169)	(34.317)	(780.012)



A composição dos custos e despesas consolidada em 31.03.2006 é a seguinte:

Natureza dos custos e despesas	NE nº	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administ.	Outras despesas operac.	Total Consolidado
31.03.2006						
Energia elétrica comprada para revenda	32	(359.555)	-	-	-	(359.555)
Encargos de uso da rede elétrica	33	(158.060)	-	-	-	(158.060)
Pessoal e administradores	34	(93.528)	(366)	(36.619)	-	(130.513)
Planos previdenciário e assistencial	35	(9.031)	(54)	(7.529)	-	(16.614)
Material	36	(13.880)	(27)	(2.171)	-	(16.078)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	37	(6.146)	-	-	-	(6.146)
Gás natural e insumos para operação de gás	38	(23.681)	-	-	-	(23.681)
Serviços de terceiros	39	(30.957)	(5.161)	(14.962)	-	(51.080)
Depreciação e amortização	-	(80.577)	(7)	(4.853)	-	(85.437)
Recuperação de custos e despesas	40	10.274	2.321	533	2	13.130
Outros custos e despesas	41	(9.722)	(3.239)	(13.019)	(17.429)	(43.409)
		(774.863)	(6.533)	(78.620)	(17.427)	(877.443)

A composição das despesas da Companhia em 31.03.2007 é a seguinte:

Natureza dos custos e despesas	NE nº	Despesas com vendas	Despesas gerais e administ.	Outras despesas operac.	Total Companhia
31.03.2007					
Administradores	34	-	(1.240)	-	(1.240)
Plano assistencial	-	-	(22)	-	(22)
Material	-	-	(1)	-	(1)
Serviços de terceiros	39	-	(587)	-	(587)
Recuperação de despesas	-	-	38	-	38
Outras despesas	41	-	(887)	(7.560)	(8.447)
		-	(2.699)	(7.560)	(10.259)

A composição das despesas da Companhia em 31.03.2006 é a seguinte

Natureza dos custos e despesas	NE nº	Despesas com vendas	Despesas gerais e administ.	Outras despesas operac.	Total Companhia
31.03.2006					
Administradores	34	-	(1.200)	-	(1.200)
Plano assistencial	-	-	(3)	-	(3)
Material	-	-	(1)	-	(1)
Serviços de terceiros	39	-	(1.782)	-	(1.782)
Outras despesas	41	-	(3.077)	-	(3.077)
		-	(6.063)	-	(6.063)

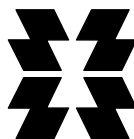


32 Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	31.03.2007	31.03.2006
Eletrobrás (Itaipu)	106.535	93.771
Furnas Centrais Elétricas S.A. - leilão	67.358	66.625
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - leilão	62.092	38.748
Outras concessionárias - leilão	52.132	26.776
Cia. de Interconexão Energética - Cien	26.794	75.240
Companhia Energética de São Paulo - leilão	23.468	22.259
Itiquira Energética S.A.	22.833	21.008
Dona Francisca Energética S.A.	12.541	12.146
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	10.718	4.699
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfra	8.795	-
Excedente de energia a recuperar - leilão	3.876	-
Energia elétrica comprada para revenda - CVA passiva	(17.646)	(12.425)
(-) Repactuação de contratos - Cien (NE nº 21.c)	(100.862)	-
Outras concessionárias	1.245	10.708
	279.879	359.555

33 Encargos de Uso da Rede Elétrica

	Consolidado	
	31.03.2007	31.03.2006
Furnas Centrais Elétricas S.A.	27.962	26.602
Cia. Transmissora de Energia Elétrica Paulista - Cteep	12.845	12.658
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	13.497	11.903
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	8.793	8.341
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	8.691	8.318
CVA - encargos	7.245	51.613
Encargos dos serviços do sistema - ESS	5.849	(2.513)
Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig	4.689	4.994
Operador Nacional do Sistema	4.136	4.925
Novatrans Energia S.A.	4.113	4.399
TSN Transmissora Nordeste Sudeste de Energia S.A.	4.051	4.332
Cia. Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. - CEEE	3.688	3.609
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - Eate	3.364	3.560
Expansion Transmissora de Energia Elétrica S.A.	2.238	2.247
ATE II Transmissora de Energia S.A.	2.215	-
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - Ente	1.829	1.791
Itumbiara Transmissora de Energia Ltda.	1.719	-
STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	1.419	1.433
Empresa Transmissora de Energia Oeste Ltda. - Eteo	1.419	1.448
Outras concessionárias	10.914	8.400
	130.676	158.060



34 Pessoal e Administradores

	Companhia		Consolidado	
	31.03.2007	31.03.2006	31.03.2007	31.03.2006
Pessoal				
Remunerações	-	-	94.545	92.938
Encargos sociais	-	-	33.506	33.590
Auxílio alimentação e educação	-	-	11.133	10.511
Indenizações trabalhistas	-	-	337	1.583
	-	-	139.521	138.622
(-) Transferências p/ imobilizado em curso	-	-	(11.527)	(10.011)
	-	-	127.994	128.611
Administradores				
Honorários	1.024	953	1.748	1.577
Encargos sociais	216	247	347	358
	1.240	1.200	2.095	1.935
(-) Transferências p/ imobilizado em curso	-	-	(34)	(33)
	1.240	1.200	2.061	1.902
	1.240	1.200	130.055	130.513

Em conformidade com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, de 14.02.2007, as participações em resultados não referenciadas nos estatutos foram classificadas como custo ou despesa operacional.

35 Planos Previdenciário e Assistencial

	Consolidado	
	31.03.2007	31.03.2006
Plano previdenciário	15.496	7.832
Plano assistencial	6.521	6.311
Contribuição assistencial pós-emprego	2.852	2.794
(-) Transferências p/ imobilizado em curso	(2.156)	(323)
	22.713	16.614

36 Material

	Consolidado	
	31.03.2007	31.03.2006
Combustíveis e peças para veículos	7.244	5.403
Material para o sistema elétrico	4.385	5.914
Material de informática	1.783	313
Material para cantina	945	783
Material de expediente	551	592
Material de construção civil	401	793
Material de segurança	397	380
Material para hotéis e hospedarias	351	278
Ferramental	332	332
Outros materiais	874	1.290
	17.263	16.078



37 Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia Elétrica

	Consolidado	
	31.03.2007	31.03.2006
Combustíveis para produção de energia elétrica	3.200	6.049
Gás natural para produção de energia elétrica	-	39
Outros insumos	58	58
	3.258	6.146

38 Gás natural e Insumos para Operação de Gás

	Consolidado	
	31.03.2007	31.03.2006
Gás natural comprado para revenda	27.434	23.611
Outros insumos	74	70
	27.508	23.681

O gás adquirido destina-se à comercialização pela Compagas.

39 Serviços de Terceiros

	Companhia		Consolidado	
	31.03.2007	31.03.2006	31.03.2007	31.03.2006
Manutenção do sistema elétrico	-	-	5.647	4.756
Consultoria técnica, científica e administrativa	24	1.075	4.959	6.241
Agentes autorizados e credenciados	-	-	4.666	4.382
Processamento e transmissão de dados	-	-	3.786	3.213
Postais e telegráficos - serviços	-	-	3.574	4.457
Serviços de apoio administrativo	-	-	3.505	2.846
Vigilância	-	-	2.344	2.142
Viagens	18	39	2.023	2.103
Telefone	-	-	1.952	3.112
Leitura e entrega de faturas	-	-	1.803	1.944
Acesso comunicação por satélite	-	-	1.443	-
Instalações - serviços em área verde	-	-	1.294	1.071
Atendimento a consumidores	-	-	1.225	1.646
Limpeza de faixa de servidão	-	-	1.094	841
Veículos - manutenção e conservação	-	-	902	894
Serviços de manutenção civil	-	-	818	2.167
Treinamentos	-	-	780	874
Frete e carretos	-	-	755	507
Auditoria	491	622	729	731
Telefonista - pessoa jurídica	-	-	699	641
Reprografias	2	2	546	298
Postinhos de luz - empreiteiros	-	-	493	446
Telecomunicações - manutenção do sistema	-	-	421	734
Outros serviços	52	44	3.800	5.034
	587	1.782	49.258	51.080



40 Recuperação de Custos e Despesas

	Consolidado	
	31.03.2007	31.03.2006
Combustíveis p/ prod. energia elétrica - GCC	(3.028)	(6.049)
Custos administrativos	(2.207)	(2.102)
Faturas baixadas	(1.850)	(2.321)
Consumo próprio de energia	(1.393)	(1.504)
Material elétrico	(682)	(456)
Recuperação de despesas diversas	(909)	(698)
	(10.069)	(13.130)

41 Outros Custos e Despesas Operacionais

	Companhia		Consolidado	
	31.03.2007	31.03.2006	31.03.2007	31.03.2006
PCLD - consumidores e revendedores (NE nº 6)	-	-	(29.777)	2.905
PCLD - serviços e terceiros/outros créditos	-	-	62	291
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	-	14.591	13.466
Encargo da concessão - outorga Aneel	-	-	8.090	3.572
Taxa de fiscalização da Aneel	-	-	4.269	3.670
Arrendamentos e aluguéis	10	26	2.993	5.074
Tributos	34	1.759	2.408	5.110
Provisões (reversões) para contingências	7.560	-	15.365	-
Seguros	-	1	2.246	2.227
Energia elétrica - consumo próprio	-	-	1.394	1.504
Propaganda e publicidade	577	1.004	620	2.827
Despesas gerais	266	287	2.750	2.763
	8.447	3.077	25.011	43.409



42 Resultado Financeiro

	Companhia		Consolidado	
	31.03.2007	31.03.2006	31.03.2007	31.03.2006
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	11.669	156	38.364	42.049
Renda sobre repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná (NE nº 9)	-	-	19.227	19.040
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	-	-	12.634	27.287
Variação monetária sobre repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná (NE nº 9)	-	-	10.202	2.420
Remuneração selic - CVA	-	-	2.909	11.613
Juros e comissões sobre contratos de mútuo	7.218	457	-	4.243
Outras receitas financeiras	135	794	3.400	8.656
	19.022	1.407	86.736	115.308
(-) Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	45.627	21.414	78.488	65.471
CPMF e IOF	5.843	1.036	18.439	9.060
Variações monetárias e cambiais	1	1.321	12.440	(4.862)
Remuneração selic - CVA	-	-	5.405	3.713
Juros sobre P&D e PEE	-	-	3.031	1.666
Multas contratuais - Compagas	-	-	-	55.069
Outras despesas financeiras	10	2.887	918	7.441
	51.481	26.658	118.721	137.558
	(32.459)	(25.251)	(31.985)	(22.250)

43 Resultado da Equivalência Patrimonial

	Companhia		Consolidado	
	31.03.2007	31.03.2006	31.03.2007	31.03.2006
Equivalência patrimonial				
Copel Geração S.A.	107.374	72.247	-	-
Copel Transmissão S.A.	40.017	33.233	-	-
Copel Distribuição S.A.	156.693	73.240	-	-
Copel Telecomunicações S.A.	1.314	1.160	-	-
Copel Participações S.A.	5.695	11.538	-	-
Coligadas (a)	-	-	6.138	3.224
	311.093	191.418	6.138	3.224
Amortização de ágio				
Sercomtel S.A. Telecomunicações	-	-	(1.057)	(1.057)
Sercomtel Celular S.A.	-	-	(145)	(145)
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.	-	-	(189)	(95)
Copel Empreendimentos Ltda.	-	-	(586)	-
	-	-	(1.977)	(1.297)
	311.093	191.418	4.161	1.927
Participação em outras sociedades	9	4	9	3
	311.102	191.422	4.170	1.930



a) Coligadas

	Lucro líquido / (prejuízo)		Partic. Copel (%)	Consolidado	
	Investida			Equivalência patrimonial	
	31.03.2007	31.03.2006		31.03.2007	31.03.2006
Coligadas					
Sercomtel S.A. - Telecomunicações	505	725	45,00	820	326
Sercomtel Celular S.A.	(1.156)	(415)	45,00	(330)	(186)
Dominó Holdings S.A.	17.605	20.665	15,00	2.641	3.100
Escoelectric Ltda.	(30)	-	40,00	-	-
Copel Amec S/C Ltda.	19	23	48,00	9	11
Dona Francisca Energética S.A.	4.358	3.227	23,03	1.004	-
Carbocampel S.A.	(10)	(10)	49,00	(5)	(5)
Braspower International Engineering S/C Ltda.	-	(26)	49,00	-	-
Centrais Eólicas do Paraná Ltda.	130	123	30,00	39	37
Foz do Chopim Energética Ltda.	5.479	(164)	35,77	1.960	(59)
				6.138	3.224

A Companhia vem contabilizando o resultado da avaliação dos investimentos pela equivalência patrimonial, limitada ao valor de sua participação no investimento.

Em função dos ajustes finais efetuados no balanço de 2006 no patrimônio líquido das investidas Sercomtel S.A. - Telecomunicações e Sercomtel Celular S.A., a Companhia reconheceu no resultado deste trimestre os valores de R\$ 593 e R\$ 190, respectivamente, como ganhos na equivalência patrimonial.

44 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

O Mercado Atacadista de Energia - MAE foi extinto e suas atividades, ativos e passivos foram, em 12.11.2004, absorvidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A CCEE foi constituída sob forma de pessoa jurídica de direito privado, sob regulação e fiscalização da Aneel.

Os dados de comercialização de energia elétrica da Copel Distribuição, considerados na contabilização do MAE, atualmente CCEE, não foram reconhecidos pela Companhia como efetivos e definitivos para os exercícios de 2000, 2001 e primeiro trimestre de 2002. Esses dados foram calculados através de critérios e valores que levaram em conta decisões da Agência Reguladora contidas no Despacho Aneel nº 288/2002 e na Resolução Aneel nº 395/2002, sendo objeto de contestação, e tendo a Companhia já encaminhado, pelas vias administrativas e judiciais, providências contra aquelas decisões.



Em 16.07.2002, a Companhia e a Copel Distribuição ajuizaram ação ordinária requerendo a concessão de tutela antecipada com o objetivo de suspender: (a) os efeitos do Despacho Aneel nº 288/2002, determinando à Aneel que se abstenha de adotar qualquer medida que importe na modificação dos números constantes da contabilização dos exercícios de 2000, 2001 e primeiro trimestre de 2002, realizada pelo MAE em 13.03.2002 ou, caso já tenha sido efetuada outra contabilização, que suste os seus efeitos; e (b) os efeitos do artigo 1º, § 1º, da Resolução Aneel nº 395/2002.

No mérito, requerem: (a) que seja declarada a inaplicabilidade do Despacho Aneel nº 288/2002, bem como, na hipótese de já ter ocorrido nova contabilização, que a mesma seja declarada nula; (b) a condenação da Aneel, para que se abstenha de adotar qualquer medida que importe na modificação dos números constantes da contabilização dos exercícios de 2000, 2001 e primeiro trimestre de 2002, realizada pelo MAE em 13.03.2002; (c) que seja declarado que o artigo 1º, § 1º, da Resolução Aneel nº 395/2002 não se aplica às sociedades; e (d) a condenação da Aneel ao pagamento de indenização pelos prejuízos causados, a serem apurados em liquidação de sentença.

Em 07.08.2002, foi proferida decisão indeferindo o pedido de antecipação de tutela, de forma que, em 13.08.2002, as sociedades interpuseram agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo contra a decisão que indeferiu o pedido de antecipação de tutela.

Em 27.08.2002, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região proferiu decisão deferindo o pedido de efeito suspensivo para sustar a liquidação da contabilização determinada pelo Despacho nº 288/2002 e pela Resolução nº 395/2002 da Aneel.

Em 09.09.2002, a Aneel apresentou petição requerendo que fosse reconsiderada a decisão que deferiu o pedido de efeito suspensivo, o que lhe foi negado. A Aneel ingressou com pedido de suspensão de segurança, perante o Superior Tribunal de Justiça (SS nº 2094), objetivando suspender a liminar concedida pelo TRF-1ª Região. O pedido de suspensão, no entanto, foi indeferido em 25.11.2002, tendo sido remetido ao arquivo, com trânsito em julgado, em 17.12.2002. Em 29.08.2003, os autos foram remetidos à conclusão, posição que permanece inalterada até o encerramento destas demonstrações.

O pleito da Companhia está embasado substancialmente no fato de o despacho e a resolução em questão terem produzido alterações retroativas à data da ocorrência das operações, especificamente quanto à comercialização parcial da quota parte de Itaipu nos submercados sul e sudeste para atender contratos bilaterais de energia livre, durante o período de racionamento em 2001, quando havia discrepância significativa de preço da energia de curto prazo entre os mercados. O montante estimado relativo às diferenças de cálculo é de aproximadamente R\$ 739.000 (valor atualizado em 31.03.2007), não reconhecido pela Companhia no passivo de energia a pagar.



A Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, considera como possíveis as chances de êxito quando da decisão final desses processos judiciais.

O MAE divulgou, em 24.06.2003, comunicado aprovando o novo cronograma de liquidação financeira dos 50% restantes relativamente às operações realizadas de dezembro de 2000 a dezembro de 2002. Essa liquidação se deu em 03.07.2003, tendo sido mantidas as datas anteriormente acordadas para a liquidação financeira das operações relativas aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2002, sendo 07.07.2003, 10.07.2003 e 17.07.2003, respectivamente.

Os valores da energia no longo prazo podem estar sujeitos a modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por algumas empresas do setor, além da própria Copel, relativos à interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da Aneel, de 16.05.2002, que teve como objetivo o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE, incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico.

Os saldos relativos às transações realizadas pela Companhia são os seguintes:

	Copel Geração	Copel Distribuição	Copel Participações	31.03.2007	31.12.2006
Ativo circulante (NE nº 5)					
Até dezembro de 2006	-	-	105	105	29.521
De janeiro a março de 2007	510	-	205	715	-
	510	-	310	820	29.521
Passivo circulante (NE nº 21)					
Até dezembro de 2006	-	2	91	93	1.248
De janeiro a março de 2007	715	8.381	1.438	10.534	-
	715	8.383	1.529	10.627	1.248

A movimentação dos valores de energia de curto prazo (CCEE) no 1º trimestre é apresentada a seguir:

	Valores a liquidar 31.12.2006	Liquidação	Apropriação	Valores a liquidar 31.03.2007
Ativo circulante (NE nº 5)				
Até dezembro de 2006	29.521	(28.541)	(875)	105
De janeiro a março de 2007	-	(451)	1.166	715
	29.521	(28.992)	291	820
(-) Passivo circulante (NE nº 21)				
Até dezembro de 2006	1.248	(1.923)	768	93
De janeiro a março de 2007	-	(3.097)	13.631	10.534
	1.248	(5.020)	14.399	10.627
Total líquido	28.273	(23.972)	(14.108)	(9.807)



Atendendo prontamente à solicitação do Ministério de Minas e Energia, a Copel comprometeu-se, em mediação a presidência da Aneel, a dispensar os 400 MW contratados com a Cien e dessa forma participar do leilão A-1, a fim de repor a energia liberada.

A oferta de energia neste leilão foi mínima, de modo que do total declarado, somente 40% da necessidade informada foi atendida.

De janeiro a março de 2007, a Copel participou dos Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCS D, declarando déficit para ajustar seu nível de contratação.

45 Reconciliação da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL), calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes da demonstração do resultado é a seguinte:

	Companhia		Consolidado	
	31.03.2007	31.03.2006	31.03.2007	31.03.2006
Lucro antes do IRPJ e CSLL	268.471	160.124	436.048	269.539
IRPJ e CSLL (34%)	(91.280)	(54.442)	(148.256)	(91.643)
Efeitos fiscais sobre:				
Equivalência patrimonial	105.771	65.082	-	-
Outros		(110)	(2.787)	(3.342)
Efeitos fiscais sobre:				
IRPJ e CSLL	14.491	10.530	(151.043)	(94.985)

46 Instrumentos Financeiros

a) Considerações gerais

A utilização de instrumentos e de operações com derivativos envolvendo indexadores tem por objetivo a proteção do resultado das operações ativas e passivas da Companhia.

b) Valor de Mercado dos Instrumentos Financeiros

Em 31.03.2007, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos valores contábeis, destacando-se:

Instrumentos Financeiros	Consolidado	
	31.03.2007	31.12.2006
Numerário disponível	1.099.524	1.504.004
Contas a receber de entidades governamentais e contratos de longo prazo	248.336	218.805
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	1.195.715	1.194.103
Empréstimos e financiamentos	860.233	629.342
Debêntures	1.150.733	1.967.585

**c) Fatores de Risco****1) Risco de crédito**

O risco de crédito da concessionária surge da possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento de faturas da venda de energia elétrica. Este risco está intimamente relacionado com fatores internos e externos à Copel. Para reduzir esse tipo de risco a Companhia atua na gerência das contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, suspendendo o fornecimento de energia e implementando políticas específicas de cobrança.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na realização destes.

2) Risco de Moeda Estrangeira

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos captados no mercado em moeda estrangeira.

A Companhia não vem pactuando contratos de derivativos para fazer “swap” contra este risco, mantendo, porém, trabalho de monitoramento das taxas cambiais, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger dos riscos.

3) Risco de Taxa de Juros

Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados junto ao mercado.

A Companhia não vem celebrando contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

4) Risco de Vencimento Antecipado

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros).

5) Risco quanto à escassez de energia

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, já que a energia adquirida e vendida pela Companhia é basicamente gerada por usinas hidrelétricas, que dependem do volume de água em seus reservatórios para funcionamento. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas devido à redução de receitas com eventual adoção de novo programa de racionamento.



Devido ao nível atual dos reservatórios, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos novo programa de racionamento.

6) Risco de não renovação das concessões

A Companhia detém concessões para exploração dos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela Aneel e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso a renovação das concessões não seja deferida pelos órgãos reguladores ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

47 Transações com Partes Relacionadas

A Copel efetuou transações com partes relacionadas não consolidadas, incluindo a venda de energia elétrica para consumo, cujas tarifas aplicadas são aquelas aprovadas pela Aneel, não sendo os valores faturados considerados relevantes para fins de divulgação. Todas as outras transações são efetuadas em similaridade com o praticado pelo mercado.

Os principais saldos das transações com partes relacionadas no balanço patrimonial são:

Parte relacionada	Natureza da operação	Consolidado	
		31.03.2007	31.12.2006
Ativo circulante			
Braspower I. Engineering S/C Ltda.	Cessão de empregados	1.181	1.181
Governo do Estado do Paraná	Cessão de empregados	1.137	1.106
Governo do Estado do Paraná	CRC (NE nº 9)	35.857	35.205
Ativo não circulante			
Governo do Estado do Paraná	CRC (NE nº 9)	1.159.858	1.158.898
Passivo circulante			
BNDES	Financ. de máqs. equips., obras, instalações e serviços (NE nº 19)	6.399	6.418
Centrais Eólicas do Paraná Ltda.	Compra de energia elétrica	4.454	4.138
Dona Francisca Energética S.A.	Compra de energia elétrica (NE nº 21)	4.318	4.413
Dutopar Participações Ltda.	Reemb. de salários de empregados cedidos	191	65
Eletrobrás	Financiamentos (NE nº 19)	39.395	47.558
Eletrobrás (Itaipu)	Compra de energia elétrica (NE nº 21)	68.230	71.874
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Aquisição de gás para revenda (NE nº 21)	21.512	37.871
Passivo não circulante			
BNDES	Financ. de máqs. equips., obras, instalações e serviços (NE nº 19)	24.049	25.725
Eletrobrás	Financiamentos (NE nº 19)	281.515	290.141
Eletrobrás	Atualiz. ações da Elejor a serem recompradas da Eletrobrás (NE nº 19)	53.907	49.353
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Aquisição de gás para revenda (NE nº 21)	268	268
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Aquis. gás p/ revenda - repactuação (NE nº 21)	175.351	170.183



Os principais saldos das transações com partes relacionadas na demonstração de resultado são:

Parte relacionada	Natureza da operação	Consolidado	
		31.03.2007	31.03.2006
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços			
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Venda de energia elétrica	112	-
Energia elétrica comprada p/ revenda			
Centrais Eólicas do Paraná Ltda.	Compra de energia elétrica	140	186
Dona Francisca Energética S.A.	Compra de energia elétrica (NE nº 32)	12.541	12.146
Eletrobrás (Itaipu)	Compra de energia elétrica (NE nº 32)	106.535	93.771
Pessoal			
Dutopar Participações Ltda.	Reemb. de salários de empregados cedidos	85	79
Gás natural e insumos p/ oper. gás			
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Gás natural comprado p/ revenda (NE nº 38)	27.434	23.611
Recuperação de despesas			
Governo do Estado do Paraná	Recup. desp. cessão de empregados	(32)	(49)
Receitas financeiras			
Governo do Estado do Paraná	Receita s/ CRC (NE nº 42)	29.429	21.460
Despesas financeiras			
BNDES	Desp. s/ financ. máqs. equips., obras, instal. e serviços	660	826
BNDESPAR	Debêntures - Elejor	6.691	4.961
Centrais Eólicas do Paraná Ltda.	Multa s/ contrato de compra de energia	1.122	50
Eletrobrás	Desp. s/ financiamentos	11.950	7.770
Eletrobrás	Ações da Elejor a serem readquiridas	4.555	-

Os saldos decorrentes de transações entre a Companhia e suas subsidiárias integrais estão demonstrados na NE nº 15.

BNDES - A BNDES Participações S.A. - BNDESPAR detém 26,4% das ações ordinárias da Companhia e tem o direito de indicar dois membros do Conselho da Administração. A BNDESPAR é subsidiária integral do BNDES, com o qual a Companhia mantém contratos de financiamentos conforme descritos na NE nº 19.

Dona Francisca Energética S.A. - A Companhia concedeu avais a sua coligada indireta Dona Francisca Energética S.A. para empréstimos tomados por esta junto ao BNDES (aval solidário) e ao Bradesco (aval solidário), respectivamente nos montantes, em 31.03.2007, de R\$ 43.607 e R\$ 25.855.

Eletrobrás – A Eletrobrás detém 1,1% das ações ordinárias da Companhia, a qual possui financiamentos com a Eletrobrás, descritos na NE nº 19.d.

A Eletrobrás detém ações preferenciais da Elejor, que deverão ser readquiridas em 32 parcelas trimestrais e consecutivas, a partir do 24º mês do início da operação comercial do empreendimento, caracterizada pela operação comercial da última unidade geradora. Assim, o primeiro pagamento será em agosto de 2008, devendo o montante a ser pago ser atualizado pela aplicação do IGPM, entre a data de integralização das ações e a data do pagamento, acrescido de remuneração do capital de 12% a.a. (NE nº 19.e).



48 Empresas Controladas

Apresentamos as demonstrações contábeis, reclassificadas para fins de padronização do plano de contas, em 31.03.2007, das subsidiárias integrais Copel Geração (GER), Copel Transmissão (TRA), Copel Distribuição (DIS), Copel Telecomunicações (TEL) e Copel Participações - Consolidado (PAR):

ATIVO	GER	TRA	DIS	TEL	PAR Consolidado
CIRCULANTE					
Disponibilidades	427.818	78.488	227.142	3.225	204.035
Consumidores e revendedores, líquidos	149.360	49.525	796.998	-	30.134
Serviços executados para terceiros	541	130	30	16.609	-
Dividendos a receber	-	-	-	-	1.975
Serviços em curso	5.113	3.932	16.287	-	231
Repasso CRC ao Governo do Paraná	-	-	35.857	-	-
Impostos e contribuições sociais	14.914	2.900	152.335	2.800	12.354
Conta de compensação da "parcela A"	-	-	69.432	-	-
Ativo regulatório - PIS/Pasep e Cofins	-	-	1.704	-	-
Cauções e depósitos vinculados	18.852	609	37.802	-	12.371
Outros créditos	10.420	5.731	27.274	1.159	10.050
Almoxarifado	185	9.909	31.325	9.105	602
	627.203	151.224	1.396.186	32.898	271.752
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Consumidores e revendedores	27.109	-	76.959	-	19.594
Repasso CRC ao Governo do Paraná	-	-	1.159.858	-	-
Impostos e contribuições sociais	46.897	39.005	193.889	9.277	12.661
Depósitos judiciais	8.373	17.106	60.649	528	561
Conta de compensação da "parcela A"	-	-	10.182	-	-
Cauções e depósitos vinculados	-	4.930	18.691	-	-
Coligadas, controladas e controladora	377.847	-	-	-	-
Pagamentos antecipados	3.359	-	-	-	84
Bens e direitos destinados à alienação	936	56	62	-	1.758
Outros créditos	1	-	5.484	-	-
	464.522	61.097	1.525.774	9.805	34.658
Investimentos	4.150	2.257	419	-	296.568
Imobilizado	2.840.451	1.200.172	1.162.710	183.316	1.300.271
Intangível	787	24.397	14.306	1.665	377
Diferido	-	-	-	-	18.191
	3.309.910	1.287.923	2.703.209	194.786	1.650.065
TOTAL DO ATIVO	3.937.113	1.439.147	4.099.395	227.684	1.921.817



PASSIVO	GER	TRA	DIS	TEL	PAR Consolidado
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	47.510	15.006	12.219	-	6.399
Debêntures	-	-	-	-	6.406
Fornecedores	46.137	7.900	322.566	1.976	43.058
Impostos e contribuições sociais	61.691	3.498	179.002	1.088	1.889
Dividendos a pagar	447.838	60.014	52.913	-	11.718
Folha de pagamento e prov. trabalhistas	21.818	19.124	80.884	6.593	2.042
Benefícios pós-emprego	16.919	15.474	42.667	3.120	120
Conta de compensação da "parcela A"	-	-	144.988	-	-
Encargos do consumidor a recolher	2.941	978	30.390	-	-
Pesquisa e desenvolv. eficiência energética	24.047	9.452	129.232	-	2.464
Encargo da concessão - outorga Aneel	-	-	-	-	29.536
Outras contas a pagar	16.545	867	27.100	675	1.283
	685.446	132.313	1.021.961	13.452	104.915
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	282.953	58.524	95.303	-	77.956
Debêntures	-	-	-	-	265.403
Provisões para contingências	25.882	34.171	121.036	947	3.053
Coligadas e controladas	-	69.217	663.928	6.160	511.527
Fornecedores	195.845	-	-	-	267
Impostos e contribuições sociais	-	-	14.567	-	6.662
Benefícios pós-emprego	121.420	110.382	298.032	21.524	1.744
Conta de compensação da "parcela A"	-	-	38.589	-	-
Outras contas a pagar	8.960	-	-	-	-
	635.060	272.294	1.231.455	28.631	866.612
PART. ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	-	-	-	-	275.706
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	2.338.932	772.389	1.607.168	187.894	586.975
Reservas de capital	-	-	-	701	-
Reservas de lucros	170.301	222.134	82.118	-	81.914
Lucros (prejuízos) acumulados	107.374	40.017	156.693	(2.994)	5.695
Recursos para aumento de capital	-	-	-	-	-
	2.616.607	1.034.540	1.845.979	185.601	674.584
TOTAL DO PASSIVO	3.937.113	1.439.147	4.099.395	227.684	1.921.817



Visando possibilitar a análise do resultado por natureza de gasto, os custos e despesas operacionais estão sendo apresentados de forma agregada:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	GER	TRA	DIS	TEL	PAR Consolidado
Receita Operacional					
Fornecimento de energia elétrica	37.543	-	1.360.007	-	798
Suprimento de energia elétrica	301.539	-	12.151	-	39.159
Disponibilidade da rede elétrica	-	110.320	47.202	-	-
Receita de telecomunicações	-	-	-	22.287	-
Distribuição de gás canalizado	-	-	-	-	58.109
Outras receitas operacionais	1.705	1.107	14.787	-	16
	340.787	111.427	1.434.147	22.287	98.082
Deduções da receita operacional	(44.750)	(8.788)	(551.622)	(3.343)	(12.918)
Receita Operacional Líquida	296.037	102.639	882.525	18.944	85.164
Custos e Despesas Operacionais					
Energia elétrica comprada para revenda	(15.847)	-	(315.921)	-	(1.067)
Encargos de uso da rede elétrica	(49.253)	-	(153.434)	-	(3.756)
Pessoal e administradores	(20.107)	(17.276)	(83.251)	(5.329)	(2.959)
Planos previdenciário e assistencial	(3.538)	(3.146)	(14.782)	(959)	(266)
Material	(1.658)	(687)	(14.769)	(82)	(66)
Matéria-prima e insumos - prod. energia	(3.778)	-	-	-	-
Gás natural e insumos - operações de gás	-	-	-	-	(27.508)
Serviços de terceiros	(11.722)	(3.715)	(37.481)	(2.487)	(2.675)
Depreciação e amortização	(25.961)	(11.597)	(40.881)	(7.080)	(18.941)
Recuperação de custos e despesas	3.485	314	6.316	11	12
Encargo da concessão - outorga Aneel	-	-	-	-	(8.090)
Outros custos e despesas operacionais	(15.388)	(3.612)	14.006	(410)	(3.322)
	(143.767)	(39.719)	(640.197)	(16.336)	(68.638)
Resultado das Atividades	152.270	62.920	242.328	2.608	16.526
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	25.725	2.905	49.399	178	6.960
Despesas financeiras	(15.023)	(4.708)	(51.151)	(784)	(13.027)
	10.702	(1.803)	(1.752)	(606)	(6.067)
Resultado de Particip. Societárias	-	-	-	-	4.161
Lucro Operacional	162.972	61.117	240.576	2.002	14.620
Resultado Não Operacional	433	(132)	(2.933)	18	(3)
Lucro antes da Tributação e da Part. Acionistas Não Controladores	163.405	60.985	237.643	2.020	14.617
Imposto de renda e contribuição social	(51.295)	(20.424)	(82.513)	(547)	(7.551)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.736)	(544)	1.563	(159)	672
Part. acionistas não controladores	-	-	-	-	(2.043)
Lucro Líquido do Período	107.374	40.017	156.693	1.314	5.695



49 Demonstração do Resultado Segregado por Empresa

Visando possibilitar a análise do resultado por natureza de gasto, os custos e despesas operacionais estão sendo apresentados de forma agregada. A demonstração da Holding representa o resultado de suas atividades, desconsiderando a receita de equivalência patrimonial das controladas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	GER	TRA	DIS	TEL	PAR Consolidado	Holding	Eliminações	Consolidado
Receita Operacional								
Fornecimento de energia elétrica	37.543	-	1.360.007	-	798	-	(1.057)	1.397.291
Suprimento de energia elétrica	301.539	-	12.151	-	39.159	-	(52.956)	299.893
Disponibilidade da rede elétrica	-	110.320	47.202	-	-	-	(75.767)	81.755
Receita de telecomunicações	-	-	-	22.287	-	-	(7.181)	15.106
Distribuição de gás canalizado	-	-	-	-	58.109	-	(520)	57.589
Outras receitas operacionais	1.705	1.107	14.787	-	16	-	(1.423)	16.192
	340.787	111.427	1.434.147	22.287	98.082	-	(138.904)	1.867.826
Deduções da receita operacional	(44.750)	(8.788)	(551.622)	(3.343)	(12.918)	-	-	(621.421)
Receita Operacional Líquida	296.037	102.639	882.525	18.944	85.164	-	(138.904)	1.246.405
Custos e Despesas Operacionais								
Energia elétrica comprada p/ revenda	(15.847)	-	(315.921)	-	(1.067)	-	52.956	(279.879)
Encargos de uso da rede elétrica	(49.253)	-	(153.434)	-	(3.756)	-	75.767	(130.676)
Pessoal e administradores	(20.107)	(17.276)	(83.251)	(5.329)	(2.959)	(1.240)	107	(130.055)
Planos previdenciário e assistencial	(3.538)	(3.146)	(14.782)	(959)	(266)	(22)	-	(22.713)
Material	(1.658)	(687)	(14.769)	(82)	(66)	(1)	-	(17.263)
Matéria-prima e insumos - prod. energia	(3.778)	-	-	-	-	-	520	(3.258)
Gás natural e insumos - oper. de gás	-	-	-	-	(27.508)	-	-	(27.508)
Serviços de terceiros	(11.722)	(3.715)	(37.481)	(2.487)	(2.675)	(587)	9.409	(49.258)
Depreciação e amortização	(25.961)	(11.597)	(40.881)	(7.080)	(18.941)	-	-	(104.460)
Recuperação de custos e despesas	3.485	314	6.316	11	12	38	(107)	10.069
Encargo da concessão - outorga Aneel	-	-	-	-	(8.090)	-	-	(8.090)
Outros custos e despesas operacionais	(15.388)	(3.612)	14.006	(410)	(3.322)	(8.447)	252	(16.921)
	(143.767)	(39.719)	(640.197)	(16.336)	(68.638)	(10.259)	138.904	(780.012)
Resultado das Atividades	152.270	62.920	242.328	2.608	16.526	(10.259)	-	466.393
Resultado Financeiro								
Receitas financeiras	25.725	2.905	49.399	178	6.960	19.022	(17.453)	86.736
Despesas financeiras	(15.023)	(4.708)	(51.151)	(784)	(13.027)	(51.481)	17.453	(118.721)
	10.702	(1.803)	(1.752)	(606)	(6.067)	(32.459)	-	(31.985)
Resultado de Particip. Societárias	-	-	-	-	4.161	9	-	4.170
Lucro (Prejuízo) Operacional	162.972	61.117	240.576	2.002	14.620	(42.709)	-	438.578
Resultado Não Operacional	433	(132)	(2.933)	18	(3)	87	-	(2.530)
Lucro (Prejuízo) antes da Tributação e Part. Acionistas Não Controladores	163.405	60.985	237.643	2.020	14.617	(42.622)	-	436.048
Imposto de renda e contribuição social	(51.295)	(20.424)	(82.513)	(547)	(7.551)	-	-	(162.330)
Imp. renda e contrib. social diferidos	(4.736)	(544)	1.563	(159)	672	14.491	-	11.287
Part. acionistas não controladores	-	-	-	-	(2.043)	-	-	(2.043)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	107.374	40.017	156.693	1.314	5.695	(28.131)	-	282.962



COMENTÁRIO DO DESEMPENHO NO TRIMESTRE

Distribuição

Ligação de consumidores: Em março de 2007, a Copel forneceu energia a 3.367.465⁽¹⁾ consumidores (3.277.966⁽¹⁾ em março de 2006), representando um incremento de 89.499⁽¹⁾ consumidores (2,7%) nos últimos 12 meses.

Redes Compactas – A Copel vem implantando redes compactas em áreas urbanas com elevado grau de arborização nas proximidades das redes de distribuição. Essa tecnologia evita cortes e podas de árvores e melhora a qualidade do fornecimento, pois reduz o número de desligamentos. Ao final de março de 2007, a extensão das redes compactas instaladas era de 1.295 km⁽¹⁾ (1.228 km⁽¹⁾ em março de 2006), representando um acréscimo de 67 km⁽¹⁾ (5,5%) em 12 meses.

Rede Secundária Isolada – A Copel também está investindo em redes secundárias isoladas em baixa tensão (127/220 V), que apresenta vantagens significativas em relação à rede aérea convencional, tais como:

- melhora os indicadores DEC e FEC;
- dificulta o roubo de energia;
- melhora as condições do meio ambiente e reduz a área de podas;
- aumenta a segurança;
- reduz a queda de tensão ao longo da rede; e
- aumenta a vida útil do transformador pela redução do número de curtos-circuitos na rede, entre outros.

Ao final de março de 2007, a extensão das redes de distribuição secundárias isoladas instaladas era de 1.835 km⁽¹⁾ (1.154 km⁽¹⁾ em março de 2006), representando um incremento de 681 km⁽¹⁾ (59,0%) nos últimos 12 meses.

Comportamento do mercado – A geração de energia da Copel de janeiro a março de 2007 foi de 3.436 GWh⁽¹⁾ (3.576 GWh⁽¹⁾ de janeiro a março de 2006). A queda verificada deve-se a priorização do despacho, feito pelo ONS, das usinas do Sudeste em relação às do Sul em virtude do período chuvoso daquela região. Para compensar a redução na geração de energia das usinas da Copel, foi utilizado o mecanismo de realocação de energia (MRE) que se baseia na transferência de energia dos geradores superavitários para os deficitários, refletindo a otimização energética do sistema.



O montante de energia comprada da CCEAR (leilão) foi de 3.198 GWh⁽¹⁾ (2.986 GWh⁽¹⁾ no mesmo período de 2006), de Itaipu foi de 1.141 GWh⁽¹⁾ (1.146 GWh⁽¹⁾ no primeiro trimestre de 2006) e da Cien foi de 378 GWh⁽¹⁾ (864 GWh⁽¹⁾ em 2006), conforme demonstrado no fluxo a seguir:

Fluxo de energia (GWh) ⁽¹⁾		Janeiro a março de 2007	
Geração própria		Requisito estadual 4.670 - 47,9%	
3.436 - 35,2%		Consumidores livres 350 - 3,6%	
Energia recebida		Energia suprida 3.919 - 40,2%	
6.320 - 64,8%		Contratos bilaterais 985 - 10,1%	
CCEAR - 3.198		CCEAR 2.906 - 29,8%	
Itaipu - 1.141		MRE e CCEE 28 - 0,3%	
Cien - 378		Perdas e diferenças 817 - 8,4%	
MRE e CCEE - 852		Perdas rede básica 202 - 2,1%	
Outros - 751		Perdas distribuição 587 - 6,0%	
Disponibilidade 9.756		Alocação de contratos no CG 28 - 0,3%	
		Distribuição Direta 4.555 - 97,5%	
		Concessionárias 115 - 2,5%	

Obs.: Valores sujeitos a alterações após fechamento pela CCEE.

CG = Centro de gravidade do Submercado (diferença entre a energia contratada e a recebida no CG - estabelecido em Contrato.)

Distribuição direta por classe de consumo (MWh) – No quadro a seguir é apresentado o desempenho do consumo por classe de consumidores faturado pela Copel de janeiro a março de 2007, incluindo consumidores livres atendidos pela Copel Geração:

Classe ⁽¹⁾	Em MWh		
	jan - mar 2007	jan - mar 2006	Variação
Residencial	1.279.801	1.211.208	5,7%
Industrial (inclui consumidores livres)	1.821.612	1.761.472	3,4%
Comercial	948.682	891.706	6,4%
Rural	402.208	386.030	4,2%
Outras	452.541	453.824	-0,3%
TOTAL	4.904.844	4.704.240	4,3%



Consumo industrial por ramo de atividade (MWh) – A seguir é apresentado o consumo de energia elétrica dos principais ramos de atividade industrial, incluindo os consumidores livres atendidos pela Copel Geração:

Ramo	Em MWh ⁽¹⁾		
	jan - mar 2007	jan - mar 2006	Varição
Produtos alimentícios e bebidas	537.454	538.729	-0,2%
Papel, papelão e celulose	259.576	209.520	23,9%
Madeira	189.075	211.142	-10,5%
Borracha e plástico	111.321	127.306	-12,6%
Química	96.925	75.318	28,7%
Metalurgia básica	88.266	85.271	3,5%
Textil	75.411	55.957	34,8%
Minerais não metálicos	53.511	94.326	-43,3%
Outros	410.073	363.903	12,7%

Número de consumidores – O número de consumidores faturados em março de 2007 foi de 3.367.465, o que representou um crescimento de 2,7% sobre o mesmo mês do ano anterior.

Classe	Consumidores ⁽¹⁾		
	mar 2007	mar 2006	Varição
Residencial	2.655.889	2.581.912	2,9%
Industrial (inclui consumidores livres)	57.601	54.313	6,1%
Comercial	279.942	273.215	2,5%
Rural	330.086	326.387	1,1%
Outras	43.947	42.139	4,3%
Total	3.367.465	3.277.966	2,7%

Administração

Quadro de empregados – O quadro de pessoal da Copel encerrou o primeiro trimestre de 2007 com 8.240⁽¹⁾ empregados, distribuídos entre as subsidiárias integrais da Companhia, e 88⁽¹⁾ empregados distribuídos entre as empresas consolidadas com a Copel, da seguinte forma:

	Empregados ⁽¹⁾	
	mar 2007	mar 2006
Subsidiárias integrais		
Copel Geração	984	942
Copel Transmissão	1.022	927
Copel Distribuição	5.886	5.747
Copel Telecomunicações	319	300
Copel Participações	29	27
	8.240	7.943
Controladas pela Copel Participações		
Compagas	78	65
Elejor	6	-
UEG Araucária ⁽¹⁾	4	-
	88	65

⁽¹⁾ Empresa controlada a partir de junho de 2006.



Relações com o Mercado

De janeiro a março de 2007, na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), as ações ordinárias nominativas (ON – código CPLE3) e as ações preferenciais nominativas classe “B” (PNB – código CPLE6) da Copel estiveram presentes em 100% dos pregões. As ações em circulação da Copel totalizaram 45,0% do capital social da companhia. O valor de mercado da Copel, considerando as cotações da Bovespa ao final de março de 2007, ficou em torno de R\$ 6.264 milhões. Dos 58 papéis que compõem o Ibovespa, as ações PNB da Copel estavam em 27º lugar com participação de 1,2% da carteira e com o índice Beta de 1,27. Na composição da carteira teórica do Índice Setorial de Energia Elétrica (IEE), a Copel aparece em 9º lugar, com participação de 7,5%. Das 35 empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa (ISE), a Copel está em 20º lugar com participação de 0,8%.

Na Bovespa, as ações ON fecharam o período cotadas, por lote de mil, a R\$ 21,90 com variação de 1,9% e as PNB a R\$ 24,00 com variação negativa de 4,0%.

Na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), são negociadas as ações PNB em forma de ADS's (código ELP), as quais estiveram presentes em 100% dos pregões daquela Bolsa. Na NYSE, as ADS's fecharam o período cotadas a US\$ 11,62, com variação negativa de 0,3%.

No Latibex (Mercado de Valores Latino Americano em Euros), vinculado a Bolsa de Valores de Madrid, são também negociadas as ações PNB, com o código XCOP, as quais estiveram presentes em 100% dos pregões daquela Bolsa. No Latibex, as XCOP fecharam o período cotadas a € 8,91, com variação de 0,6%.

Desempenho das ações ⁽¹⁾ - jan-mar 2007	ON		PNB	
	Total	Média diária	Total	Média diária
Bovespa				
Negócios	1.307	21	38.482	631
Quantidade (mil)	2.574.000	42.197	41.502.200	680.364
Volume (R\$ mil)	54.941	901	1.036.336	16.989
Presença	61	100%	61	100%
Nyse				
Quantidade (mil)	776.900	45.700	24.165.700	396.159
Volume (US\$ mil)	7.884	464	286.944	4.704
Presença	17	28%	61	100%
Latibex				
Quantidade (mil)	-	-	102.478	1.680
Volume (€ mil)	-	-	925	15
Presença	-	-	61	100%

Tarifas

Em março de 2007, a tarifa média de fornecimento de energia elétrica foi de R\$ 205,26/MWh⁽¹⁾, representando uma retração de 3,0% em relação a março do ano anterior.



A classe industrial teve uma queda menor, refletindo a continuidade do processo de realinhamento tarifário e de retirada gradual dos subsídios cruzados entre os grupos de consumo de alta e baixa tensão, conforme o disposto no Decreto 4.667/2003.

Destaca-se que, desde 24.06.2006 a Copel Distribuição está praticando as tarifas constantes na Resolução ANEEL nº 345, de 20.06.2006.

Tarifas ⁽¹⁾	R\$/MWh		
	mar 2007	mar 2006	Variação
Residencial	257,17	268,95	-4,4%
Industrial	172,98	176,29	-1,9%
Comercial	225,23	232,27	-3,0%
Rural	152,65	164,43	-7,2%
Outras	173,65	177,14	-2,0%
Total fornecimento	205,26	211,59	-3,0%

Sem ICMS

Não inclui consumidores livres

As principais tarifas de compra de energia da Copel estão demonstradas no quadro a seguir:

Tarifas de Compra de Energia ⁽¹⁾	R\$/MWh		
	mar 2007	mar 2006	Variação
Itaipu ^(a)	92,90	84,82	9,5%
Cien	70,85	88,24	-19,7%
Leilão - CCEAR 2005-2012	61,84	57,50	7,5%
Leilão - CCEAR 2006-2013	72,73	67,62	7,6%
Leilão - CCEAR 2007-2014	81,51	-	-

^(a) Inclui tarifa de transporte de Furnas

A Resolução Aneel nº 426, de 1º.02.07, homologou as tarifas de venda da Copel para a CFLO, refletindo um aumento médio de 13,7% sobre o período anterior. Pela Resolução Aneel nº 438, de 27.03.07, foram homologadas as tarifas de venda da Copel para a Cocel, com aumento médio de 4,6%.

Tarifas de Suprimento de Energia ⁽¹⁾	R\$/MWh		
	mar 2007	mar 2006	Variação
Leilão - CCEAR 2005-2012	61,79	57,69	7,1%
Leilão - CCEAR 2006-2013	72,67	67,81	7,2%
Leilão - CCEAR 2007-2014	81,13	-	-
Pequenas Concessionárias	106,67	86,08	23,9%

⁽¹⁾ Informações não revisadas pelos auditores independentes.

**DIRETORIA E CONSELHOS****CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente	JOÃO BONIFÁCIO CABRAL JÚNIOR
Membros:	JORGE MICHEL LEPELTIER LAURITA COSTA ROSA LUIZ ANTONIO RODRIGUES ELIAS NELSON FONTES SIFFERT FILHO ROGÉRIO DE PAULA QUADROS RUBENS GHILARDI SERGIO BOTTO DE LACERDA NILDO ROSSATO

COMITÊ DE AUDITORIA

Presidenta	LAURITA COSTA ROSA
Membro:	ROGÉRIO DE PAULA QUADROS

CONSELHO FISCAL

Presidente	ANTONIO RYCHETA ARTEN
Membros:	HERON ARZUA MARCELO SABBAGH BAHIA MÁRCIO LUCIANO MANCINI NELSON PESSUTI

DIRETORIA

Diretor Presidente	RUBENS GHILARDI
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores	PAULO ROBERTO TROMPCZYNSKI
Diretor de Gestão Corporativa	LUIZ ANTONIO ROSSAFA
Diretor de Distribuição	RONALD THADEU RAVEDUTTI
Diretor de Geração e Transmissão de Energia e de Telecomunicações	RAUL MUNHOZ NETO
Diretor Jurídico	ZUUDI SAKAKIHARA

CONTADOR

Contador - CRC-PR-024769/O-3	ENIO CESAR PIECZARKA
------------------------------	-----------------------------

Informações sobre este Relatório: rsustentabilidade@copel.com - Fone: +55 (41) 3331-2903

Informações sobre Relações com Investidores: ri@copel.com - Fones: +55 (41) 3222-2027/ +55 (41) 3331-4359

Fax: +55 (41) 3331-2849



RELATÓRIO DOS AUDITORES SOBRE REVISÃO ESPECIAL

Aos Administradores e Acionistas da

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL

Curitiba - PR

1. Efetuamos uma revisão especial das Informações Trimestrais - ITR da COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2007, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e sob a responsabilidade da administração da Companhia e de suas controladas, compreendendo os balanços patrimoniais (controladora e consolidado), as respectivas demonstrações do resultado e o relatório de desempenho.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, de: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas Contábil, Financeira e Operacional da Companhia e de suas controladas, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.

3. Baseados em nossa revisão especial, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas Informações Trimestrais acima referidas para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, especificamente aplicáveis à divulgação das informações trimestrais obrigatórias.



4. Conforme mencionado na nota explicativa no. 44 às Informações Trimestrais, a Companhia está questionando os cálculos preparados e divulgados pelo então Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE (presentemente Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE), os quais levam em consideração as decisões da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, contidas no Despacho ANEEL no 288/2002 e na Resolução ANEEL no 395/2002, por entender que esses normativos introduziram alterações nas regras de mercado vigentes à época de ocorrência das respectivas operações. O montante envolvido é de aproximadamente R\$ 739.000 mil (valor atualizado), cuja provisão não foi registrada contabilmente pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, que entendem com sendo possível a chance de êxito da Companhia no desfecho do referido processo.

5. Nossa revisão foi conduzida com o propósito de emitir um relatório de revisão especial sobre as informações trimestrais básicas referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. As demonstrações do fluxo de caixa (controladora e consolidado), incluídas no formulário 16.01/ITR às informações trimestrais, para os trimestres findos em 31 de março de 2007 e de 2006, são apresentadas com o propósito de propiciar informações suplementares sobre a Companhia e suas controladas e não são requeridas como parte das informações trimestrais básicas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações do fluxo de caixa (controladora e consolidado) foram submetidas aos procedimentos de revisão especial descritos no segundo parágrafo e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nessas informações suplementares, para que estas estejam adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações trimestrais básicas referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2007 e de 2006, tomadas em seu conjunto.

6. Anteriormente, auditamos os balanços patrimoniais (controladora e consolidado), levantados em 31 de dezembro de 2006, e revisamos as demonstrações dos resultados (controladora e consolidado) para o trimestre findo em 31 de março de 2006, apresentados para fins de comparação, sobre os quais emitimos parecer e relatório de revisão especial, datados de 20 de março de 2007 e 10 de maio de 2006, respectivamente, ambos contendo parágrafo de ênfase sobre o mesmo assunto descrito no parágrafo no 4 acima.

Curitiba, 14 de maio de 2007

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC n.º 2 SP-011.609/O-8 F-PR

José Ecio Pereira da Costa Júnior

Sócio

CRC n.º 1 SP-101.318/O-2 T-PR